

=====ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E TRÊS DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E VINTE E UM:=====

=====*Aos vinte e três dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e um, pelas 17 horas e 30 minutos, nos termos do artigo 3º da Lei 1-A/ 2020 de 19 de março, e posteriores alterações, reuniu, em Sessão Ordinária, no Auditório Padre Joaquim Vieira Cavadas (Centro Paroquial de Cesar) - Freguesia de Cesar, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sob a Presidência de Helena Maria Dinis dos Santos, secretariada por Manuel José Tavares Soares - Primeiro Secretário e por Maria Isabel dos Santos Barbosa - Segunda Secretária, com a seguinte Ordem de Trabalho:*=====

- 1. Primeiro Período de Intervenção do Público; (intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para am.azemeis@cm-oaz.pt dirigido à Mesa da Assembleia.)* =====
- 2. Informações Gerais;* =====
- 3. Período de Antes da Ordem do Dia;* =====
- 4. Ordem do Dia;* =====
- 5. Segundo Período de Intervenção do Público (intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para am.azemeis@cm-oaz.pt dirigido à Mesa da Assembleia.)* =====

=====**Pontos da Ordem do Dia:** =====

=====**Ponto um:** - *Ata n.º 25, Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 24 fevereiro 2021 - Aprovação;* =====

=====**Ponto dois:** - *Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação;* =====

=====**Ponto três:** - *Relatório do Ambiente Acústico, 4.ª edição, anos de 2019 e 2020 - Conhecimento;* =====

=====**Ponto quatro:** - *Minuta de Contrato Interadministrativo de apoio financeiro com a Freguesia de Fajões (I/18373/2021) - Autorização;* =====

=====**Ponto cinco:** - *Minuta de Contrato Interadministrativo de Apoio financeiro a celebrar com a Freguesia de Carregosa (I/20984/2021) - Autorização;* =====

===== **Ponto seis:** - *Minutas de Contratos Interadministrativos de Apoio financeiro a celebrar com a Freguesia de Cesar, para obras no âmbito das candidaturas ao PDR2020 - Casa da Gastronomia do Nordeste das Terras de Azeméis - PDR2020-10216-061583 e Núcleo Pedagógico da Ruralidade das Terras de Azeméis - PDR2020-10216-064780 (I/21023/2021) - Autorização; ==*

===== **Ponto sete:** - *Minuta de Contrato-Programa a celebrar com a Fábrica da Igreja Paroquial de S. Martinho de Cucujães (I/18203/2021) - Autorização; =====*

===== **Ponto oito:** - *Regulamento Municipal e Incentivos ao Empreendedorismo Jovem e à Criação do Próprio Emprego/Ideia de Negócio no Município de Oliveira de Azeméis (I/10914/2021) - Aprovação; =====*

===== **Ponto nove:** - *Pedido de reconhecimento de Interesse Público Municipal do projeto de investimento apresentado pela empresa AZEMAD, Lda. (I/16002/2021) - Aprovação; =====*

===== **Ponto dez:** - *Desafetação Parcial do Caminho Mário Soares de Bastos - Oliveira de Azeméis (I/16087/2021) - Aprovação; =====*

===== **Ponto onze:** - *Plano de alinhamentos para a Rua do Calvário - Oliveira de Azeméis (I/16659/2021) - Desafetação de parcela (com a área de 95,00m²) - Aprovação; =====*

===== **Ponto doze:** - *Proposta de correção do eixo do Caminho Público 222 - Pinheiro da Bemposta (I/40309/2019) - Aprovação; =====*

===== **Ponto treze:** - *Proposta de Alteração da postura de trânsito da rua norte da Praça da Liberdade e Sinalização vertical - Freguesia de Cesar - (I/20739/2021) - Aprovação; =====*

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Bruno Armando Aragão Henriques, Luís Filipe Moreira da Silva de Bastos Oliveira, Bruno Miguel da Silva Costa, José Manuel Marques Ribeiro, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Pedro Luís Paiva Dias, Cristina Maria Valente de Pinho, João Pedro Santos Costa, Nuno Miguel Soares de Jesus, José Ramos da Silva, Simão da Costa Godinho, Bernardo Amaro Moreira Simões, António Manuel Leite Marques da Silva, Óscar José Santos Teixeira e Manuel Alberto Marques Dias Pereira.*=====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *Carlos Manuel Costa Gomes, Albino Valente Martins, Helga Alexandra Freire Correia, António Luís da Fonseca e Grifo, Domingos Baltar*

Ferreira de Oliveira, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, José Filipe da Silva Carvalho, António Ilídio Martins Godinho, Bruno Moreira Rodrigues, Liliana Marisa Pinto da Silva, José da Silva Queirós, José Rodrigues dos Santos, Florbela Neves da Silva e Anabela Ramalho Gama e Sousa. =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** *Jorge Paulo de Melo Pereira, Maria Helena da Silva Moreira e Susana Clara Mortágua Gomes.* =====

===== **Independente:** *Augusto Moreira da Silva.* =====

===== *A Senhora Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes membros: Cristina Maria Valente de Pinho que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido, Márcia Oliveira Gomes e Anabela Ramalho Gama e Sousa que marcou presença nesta Assembleia para substituir o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo - Manuel Rebelo da Costa, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição.* =====

===== ***Ausência de Membros:*** *Tendo sido justificadas as faltas dos seguintes membros: Raquel Marília Tavares Faria e Carla Sofia da Silva Brandão.* =====

===== ***A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão declarando:*** =====

===== *Já temos quórum. E, para não atrasarmos muito esta Sessão, vamos começar. Muito boa tarde a todos: Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores e Senhoras deputadas da Assembleia, Senhores Presidentes e Senhoras Presidentes de Junta, comunicação social aqui presente, funcionários da Câmara que apoiam esta Sessão, público aqui presente; Um cumprimento especial ao Senhor Presidente da Junta de Cesar que simpaticamente tratou de nos agilizar esta sala para podermos voltar a este formato presencial que todos apreciamos mais. Felizmente que a pandemia já não está acesa como tem estado. Esperemos que não regrida. E estamos todos com segurança e à vontade para podermos então desenrolar esta Assembleia da melhor forma. Temos algumas pessoas que nos informaram que estão atrasadas por situações que surgiram de última hora, entre elas o Senhor deputado Jorge Melo Pereira que me enviou uma mensagem a dizer que teve que ir buscar o pai ao hospital mas que viria atrasado. Eu espero que não esteja demasiado atrasado e que tenha possibilidade ainda se quiser fazer alguma intervenção pelo menos nesta parte do PAOD (Período de Antes da Ordem do Dia). Mas certamente que o poderá fazer noutra momento se achar oportuno. Mas já temos quórum. Por isso vamos iniciar a*

Sessão. Começamos então esta Sessão de 23 de abril de 2021, uma sessão ordinária. E seguindo a Ordem de Trabalhos, começamos com a intervenção do público. =====

== **1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ==

===== Sem intervenções. =====

===== **INFORMAÇÕES GERAIS** =====

===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

===== Chegou à Mesa um voto de pesar que foi assinado por todos elementos. Julgo que tem o consentimento também do Grupo do CDS, embora a assinatura será posta posteriormente por esse facto de o deputado Jorge Melo Pereira ainda não ter conseguido chegar à sala. Vou passar a ler: **Voto de pesar**: “A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis manifesta à família do Senhor António Silva, dinâmico empresário e fundador da IPLAZ, Indústria de Plásticos de Azeméis, com sede em Bustelo, São Roque, o seu sentimento de profundo pesar. Evocamos um Homem bom, que se destacou pelo seu empenho e compromisso com a comunidade que muito o estimava. Muito antes de se falar na responsabilidade social das empresas, já a IPLAZ era pioneira e exemplarmente solidária, pelas mãos do Senhor António Silva. São testemunhas desta grandeza magnânima as instituições do lugar de Bustelo, da Freguesia de São Roque e do Município de Oliveira de Azeméis. Importa, aqui, realçar que este espírito de benfeitor já se transferiu para os seus descendentes e fiéis continuadores do projeto. O Senhor António Silva construiu um grande património material e industrial sem deixar de cuidar do património imaterial e humano, dos valores da família, da amizade e da solidariedade. Bem-haja a terra que viu nascer e crescer este homem e esta família. Feliz a comunidade que beneficia da bondade e da generosidade destas pessoas. Felizes os seus amigos.”=====

===== A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à admissão e votação o voto de pesar apresentado, tendo o mesmo sido admitido e aprovado por unanimidade.=

===== Fez-se um minuto de silêncio.=====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** continuou a sua intervenção: ==

===== Ainda neste ponto de informações gerais queria só dar aqui uma nota de que, mais uma vez, foi elaborado, não podemos chamar relatório, um apontamento, um resumo da atividade da Assembleia Municipal. Penso que toda a gente recebeu? E que está também afixado no site da

Câmara para que o público possa consultar. E em relação a isto não vou fazer tecer nenhuma consideração. A única coisa que quero realmente salientar é o meu agradecimento à Secção de Atas [(Margarida Ferreira, Augusta Correia, Ana Almeida e Jaime Marques) pela forma dedicada e empenhada com que elaboraram este documento, sem que eu precise sequer de lhes pedir seja o que for. E têm levado com seriedade e rigor. E por isso eu tenho que dar este agradecimento e enaltecer o trabalho, porque merecem-no.] E é só o que eu tenho para dizer sobre este documento. Não sei se alguém pretende dizer alguma coisa? Mas depois também terão oportunidade de o fazer nas vossas intervenções.=====

*===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 19º DO REGIMENTO)** =====*

*===== A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início ao período de “Antes da Ordem do Dia”. =====*

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Carlos Gomes, Manuel Soares, Fernando Pais, Albino Martins, Amaro Simões, Helga Correia, Bruno Aragão e Ana Neves. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Carlos Gomes**, do PSD. =====*

===== Muito boa tarde, Senhora Presidente, Membros da Mesa, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, os funcionários que nos acompanham, os colegas deputados, os Presidentes de Junta, a comunicação social e o público aqui presente. Iniciava esta minha intervenção, Senhora Presidente, para também dar essa nota desse documento que foi disponibilizado e que, de facto, demonstra o trabalho, mas que mais à frente terei oportunidade de fazer referência. E, até de acordo com ele, e tendo visto e analisado o documento com algum cuidado, não sendo eu um dos oradores que mais tempo tem tido de facto fica aqui o meu pedido de condescendência se nesta intervenção demorar mais algum tempo porque até estou na freguesia onde resido e onde trabalho e onde estou todos os dias. E de facto, por falar na Freguesia, tenho aqui comigo o nosso presidente também. Cesar é uma terra milenar como todas aquelas, enfim, do nosso Concelho e de Portugal. Terra que teve uma gente e tem gente que não teve medo de arriscar no domínio empresarial. E este arriscar, significa arriscar uma forma de vida para começar outra de maneira diferente, é hoje uma palavra mais moderna - empreendedor. E, portanto, não é só deste tecido empresarial que Cesar vive e que é reconhecido por todos vós. Aliás, em 2013, num documento que elaboramos e num livro que está disponível, Cesar tinha de impostos pagos ao estado mais de 10 milhões de euros. O que representa de facto uma atividade empresarial digna de registo. Mas não é só no domínio empresarial que Cesar se faz dinâmico e, portanto, nele também há um

tecido associativo, social, desportivo, cívico, que tem demonstrado a capacidade desta freguesia e desta Vila. A realização essa que vem certamente da experiência dos mais velhos e que hoje é, de uma forma substancial, aplicada com o dinamismo dos mais novos. A exemplo disso chamava aqui, Senhora Presidente, o facto de o nosso Futebol Clube Cesarense ser todo ele quase dirigido por gente jovem e uma camada jovem que, diria, se enquadra ainda na juventude cada vez mais que a idade tende a subir. E não só. Também a Associação Villa Cesari sempre teve um cariz juvenil. Mas veja-se também, por exemplo, a Casa do Povo de Cesar: Uma instituição que celebra no próximo ano 50 anos, por isso as bodas de ouro. E que andamos a tentar fazer com que, de facto, esse registo fique marcado também na história; Que antes desta pandemia tinha criado uma comissão executiva de jovens. E, portanto, acho que esta terra de facto tem um dinamismo bastante interessante. Veja-se também a participação cívica dos jovens, no qual, e até no projeto político, no qual a maior percentagem de pessoas que fazem hoje parte da Assembleia de Freguesia andam na casa dos 40 anos. E, portanto, tudo é possível, tudo isto é possível porque hoje vivemos em liberdade. Mesmo que por vezes essa liberdade seja condicionada. Mas somos livres. A liberdade plena tem sempre condicionamentos. E são os condicionamentos que nos fazem perceber o valor da liberdade à qual todos temos direito, mas também à qual todos temos o dever de respeitar para que todos possamos exercer a liberdade. E por falar liberdade, estamos a passos dias de celebrar o dia da liberdade, 25 de Abril. Data que um grupo de poucos portugueses tiveram uma notável intervenção, sem sangue, sem guerra civil, não obstante algumas questões mais radicais dos setores políticos. Aqueles que hoje talvez se julguem donos do 25 de Abril. O 25 de Abril teve protagonistas. Isto é um facto que não devemos negar a história nem a podemos apagar independentemente de muitos outros marcos históricos que muitos hoje, não querendo olhar para a circunstância e circunstâncias do momento da vida cívica da época, querem apagar. Recorde-se, por exemplo, o caso do Padrão dos Descobrimentos. Digo, mas este ideal cívico e político destes protagonistas esteve sempre a democracia e a implementação de uma sociedade mais justa mais equitativa para todos os portugueses. Sim, este ideal foi conseguido, mas em parte. Há um longo caminho a percorrer para que a nossa sociedade atinja verdadeiramente a democracia cabendo a cada um de nós membros ativos da vida política, já que a política na sua função é arte de fazer com que todos tenhamos o mesmo ponto de partida. E a democracia, ainda que seja necessário consolidar todos os dias, é arte de fazer com que todos tenham o mesmo ponto de chegada. Mas para que todos possam chegar ao mesmo tempo é necessário que todos, também, apesar dos seus condicionamentos, façam o seu caminho. Este trabalho louvável de muitos ou de poucos em favor de muitos, nestes muitos que todos nós nesta assembleia fazemos parte, é, daquelas funções e daqueles que nestas funções nos antecederam foi fundamental para sedimentação da democracia e do poder local e autárquico. Recordar os momentos mais decisivos deste poder é celebrar e homenagear todos os atores políticos, desde aqueles que assumiram funções executivas e deliberativas a nível municipal, mas também aqueles que nas funções e nas mesmas funções assumiram os destinos das assembleias de freguesia, juntas de freguesia. A todos

eles, o nosso grato e agraciado obrigado. Uma palavra para o trabalho de cada presidente juntamente com os seus vereadores no que realizaram no âmbito municipal. Certamente que no espírito da missão da causa pública esteve sempre o desejo de fazer o melhor pelo seu concelho. O mesmo se diga para os presidentes de junta com a colaboração dos seus membros neste desiderato, que é desigual, de realizar o melhor para os seus fregueses. Mas, apesar destas assimetrias das funções e competências entre o poder municipal e a freguesia ser de facto, e é, um facto de direito administrativo, a relação entre estes dois poderes deve ser simétrico na sua relação institucional. O poder do primeiro, o municipal, não deve silenciar nem pode silenciar o poder do segundo, a freguesia. Ambos devem ser realizados independentemente da cor partidária que, um ou outro acolhe, em solidariedade institucional. O poder em qualquer dimensão da atividade humana não nos dá poder para ter poder, mas para poder realizar o que deve ser realizado sempre em articulação com os poderes que cada um tem. Por isso, entendemos que o poder do município sobre as suas freguesias, na sua vertente executiva, deve ser exercido por esta via numa relação administrativa, solidária e institucional. Consciente que esta missão cabe a quem tem mais poder, o executivo municipal, é da responsabilidade deste usar apenas o poder que tem, que é legítimo, para se impor e fazer dele valer o essencialmente aquilo que é chamado a si e sempre na necessária solidariedade colaborativa, institucional, promovendo um diálogo aberto, transparente, com rigor e seriedade para que, em algum momento, os presidentes de junta não sintam estar a serem ultrapassados na sua missão de governar a freguesia. Mias ainda, neste momento de pré-campanha eleitoral, embora sabendo e reconhecendo que o executivo não pode parar de realizar o que deve ser realizado até ao último dia do seu mandato, é necessário evitar equívocos e outros comentários que a presença do líder municipal nas freguesias em visitas espontâneas ou de carácter de acompanhamento das obras se faça sempre com a presença dos líderes locais. Se assim for, como acredito que é, então o modus operandis de quem tem o poder é um hino ao 25 de Abril, é um hino à liberdade, é um hino à vida política, e é concretizar a plena democracia que todos nós preconizamos e que todos nós ansiamos. Um segundo aspeto que queria deixar aqui vincado é falar um pouco do Centro de Negócios da Área Empresarial de Ul. Não vou ler aqui as palavras do então presidente da junta, Rui Cabral, que muito elogiou esse investimento, ano de 2017. Mas apenas colocar algumas questões. E nem vou falar do objeto inicial, que todos conhecemos, que é o Centro de Negócios, da instalação, da utilização das salas de reuniões, de uma incubadora empresarial, enfim, tudo aquilo que está descrito no projeto, para não me alongar. E sabemos que desde a sua abertura oficial no espaço foram detetadas falhas técnicas que colocaram condicionamentos ao usufruto deste equipamento, este equipamento que é de incentivo à economia. Mas passaram 4 anos, Senhor Presidente. Em que a responsabilidade é do executivo a que preside, claro está, de encontrar as melhores soluções para esta resolução e para o debelar destas fragilidades. Não basta ficar no passado e falar sempre no passado e ficar preso ao passado no que esteve mal. A nossa preocupação é o que se podia ter feito nestes 4 anos e não se concretizou. E nestes 4 anos, nada ou pouco evoluiu desde

a sua inauguração, mesmo depois daquele equipamento no ano seguinte ter recebido um prémio internacional de arquitetura e, de facto, podia ter catapultado, este prémio para o tal debelar as fragilidades que ali tem. Sabemos que também agora temos outro problema derivado de a empresa da construção estar insolvente. E que por isso coloca entraves ao Senhor Presidente para resolver a questão. Passaram também estes anos todos e, de acordo, enfim, com promessas eleitorais, foi dito que se iria fazer daquele espaço uma referência no apoio ao tecido empresarial e à criação de novas empresas. Mas, no decorrer do mandato, quando falava deste assunto, faltava o regulamento para o Centro de Negócios. A 2 de março de 2020, há uma consulta pública para este regulamento ou começa a consulta pública para este regulamento; Em outubro de 2020, é aprovado o regulamento sobre o funcionamento que, nos seus termos e na alínea do artigo 2, refere que o Município é a entidade gestora; e que, no seu artigo 3, é responsável pela sua dinamização e atividade. Mas a realidade é outra. Nem a utilização parece estar de acordo com o objeto inicial do projeto. Nem a reparação, que é reparável, se tem concretizado nessas falhas que eu comentei. O que se prevê realizar agora, que não se realizou, neste mandato que está a meses de terminar? Outra questão, Senhor Presidente, é a do regulamento condominial. A aquisição dos terrenos nesta Área Empresarial, de acordo com a candidatura do projeto inicial, prevê que as unidades ali instaladas contribuam para a manutenção do espaço. Esta está a ser cumprida, esta cláusula? Se não, porquê? E o que é que se prevê no futuro sobre esta matéria? Isto a bem dos oliveirenses e sobretudo a bem dos loureirenses. (Socorrendo-me aqui do texto do Vereador - Rui Cabral.) Porque, para bem de estes loureirenses não dizerem que a Área Empresarial está quase votada - não diria ao abandono e até parece que não tem dono. Mas de qualquer maneira fica esta nota, Senhor Presidente, que gostaria que respondesse. E finalmente, Senhora Presidente, sei que já estou alongado mas pedi essa condescendência inicialmente, queria dar uma palavra de satisfação obviamente à Senhora Presidente e na Senhora Presidente em todos os Secretários da Mesa e neste caso, já que referiu (a Secção de Atas), também fica aqui o nosso apreço pelo documento que fez chegar até nós e que eu tive o prazer de reler e ver e tomei algumas notas que gostaria de considerar. Da análise que faço dele, cabe-me a mim, pessoalmente, dizer que na verdade o Grupo Municipal do PSD, que lidero, teve um papel bastante ativo no trabalho de fiscalização das matérias que aqui foram submetidas. Que não é o número de intervenções de facto aí registadas que importa, mas o conteúdo que essas intervenções tiveram e espelham o compromisso deste grupo. E não menos importante, demonstra que empiricamente os oliveirenses que nos elegeram, quer os que nos escolheram quer aqueles que não, saibam a seriedade com que assumimos a nossa função. Neste percurso, no que se refere ao último ano, aquele que mais horas de trabalho consumiu para todos nós, num total de 100 horas, não esquecendo as horas de preparação das assembleias, da leitura dos documentos de muitas centenas de páginas e às vezes lidos de um dia para o outro, da redação das intervenções que cada um faz entre outras tarefas, muitas são as horas acometidas a esta nobre missão que é difícil de calcular. No que se refere ao trabalho do Grupo Municipal do PSD fica demonstrado a sua

capacidade de intervenção entre os diversos membros, o que mostra que o PSD não está preso a um líder. Mas que o líder, na sua função de liderar, assumiu uma função de modelo de gestão democrático mas com autoridade, porque a autoridade só há autoridade quando é reconhecida pelos seus pares e por quem é liderado. 280 intervenções: Sendo certo que, a maioria delas, como podem analisar, não é do líder municipal do PSD. Mas derivam de facto do modelo de gestão, porque consideramos que os assuntos em matérias que são submetidas a esta assembleia, mais do que matérias políticas, no sentido político, são matérias técnicas, jurídicas e administrativas e que, por isso, também devem ser tratadas por quem as domina quer pelo conhecimento empírico da sua atividade profissional, quer pela sua formação, seja formal ou informal, cuja competência lhe é reconhecida. Cremos que deve ser assim. Outros poderão considerar que não ao optar por outras vias. Do ponto de vista político fica claro, que da nossa parte, como nos situamos na política. Não temos a arrogância de e/ou a superioridade de saber e considerar que dominamos todas as matérias. Sabemos das nossas capacidades e até onde elas nos levam. Em política dominar todos os assuntos e falar de tudo como donos da verdade é um risco que cada um pode assumir por considerar que deve ser assim. E se este for o caminho para aqueles que mais o acharem que deve ser? Mais do que estar na política como participação cívica e podem ter, de certa maneira, ambição política, que é legítimo. Dizer também, Senhora Presidente, e se faltei, que a maior parte das minhas faltas foram condicionadas, na decisão democrática que aceitei e respeitei obviamente, quando elas foram realizadas aos sábados que prejudicaram em muito a minha participação. Do ponto de vista pessoal a minha participação, fica claro que, colocou em causa não o meu empenho, mas a minha participação e disponibilidade para o concretizar. Uma vez que colidiam e colidiram muitas vezes com a minha atividade profissional académica em que nem sempre foi possível conciliar. E por diversas vezes coloquei à Senhora Presidente, como sabe. E uma vez coloquei nesta assembleia esta preocupação. Certo, e tenho a consciência disto, que nunca estiveram em causa outros interesses que não fosse o bom funcionamento da assembleia e da máxima participação dos deputados eleitos; É verdade, considero que a minha participação como eleito e como líder do Grupo Municipal foi condicionada. Faço votos para que no futuro, futuro este que apenas podemos pensar, desejar, e até fazer previsões, mas não temos a certeza de que esses desejos e esses projetos se concretizem, ninguém se sinta como eu nesta fase final de mandato constrangido por uma decisão que condicionou a participação. Obrigado. =====

===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

===== Eu só queria, destas palavras finais que referiu, salientar que as Sessões foram pré planeadas desde o início, com uma reunião com todos os líderes, e foi acordado que as Sessões seriam ao sábado com a concordância de todos. Como compreendem, é difícil de agradar e satisfazer as vontades de toda a gente. Mas foi assim que ficou determinado. Naturalmente que, se as questões profissionais do senhor deputado depois o impediram. E realmente salientou e fez

com que eu tentasse agilizar essa situação e passar pelo menos duas Sessões para a sexta-feira. Infelicidade. Também colidiam com a sua atividade profissional. Mas eu quero é que fique bem saliente que nunca foi minha intenção, antes pelo contrário, prejudicar ou beneficiar uns e prejudicar outros e muito menos a do senhor líder da bancada. Porque sabe que sempre considerei que gostaria que tivesse participado, dentro do possível, mais, nem que fosse pedindo dispensa das suas funções académicas. Mas também compreende que às vezes isso não é possível. E foi assim que a coisa aconteceu. Portanto, fica esclarecida esta questão. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Manuel Soares**, do PS. =====*

===== Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Secretária, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, comunicação social, público, senhores funcionários, Em 1989, uma mulher norte americana, Bonnie Finney, amarrou uma fita azul na antena do carro em homenagem ao seu neto, vítima mortal de maus-tratos. Com esse gesto, quis “fazer com que as pessoas se questionassem”. A repercussão desta iniciativa foi de tal ordem que abril passou a ser o mês Internacional da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância. A história que Bonnie Finney contou aos elementos da sua comunidade foi trágica: o seu neto já tinha morrido de forma brutal por ter sido espancado pela mãe e pelo namorado. E porquê azul? Porque, apesar do azul ser uma cor bonita, Bonnie Finney não queria esquecer os corpos cheios de nódoas. O azul, que simboliza a cor das lesões, servir-lhe-ia por isso como uma imagem constante na sua luta na proteção das crianças contra os maus-tratos. Esta campanha, que começou como uma homenagem desta avó aos netos, expandiu-se e, atualmente, muitos países usam as fitas azuis, durante o mês de abril, em memória daqueles que morreram ou são vítimas de abuso infantil e também como forma de apoiar as famílias e fortalecer as comunidades, nos esforços necessários para prevenir o abuso infantil e a negligência. Em Portugal, a campanha, simbolizada pelo Laço Azul, é amplamente divulgada por todo o território, quer pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, quer pelas CPCJ, inclusive de Oliveira de Azeméis, que realizam numerosas ações de prevenção contra os maus-tratos. “Serei o que me deres...que seja amor”, é o Slogan da Comissão Nacional. A CPCJ de Oliveira de Azeméis efetua um trabalho, frequentemente pouco reconhecido pela sociedade e sem se dar por isso, que visa promover os direitos das crianças e dos jovens e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, educação ou desenvolvimento integral. A Comissão é, não raras vezes, o último reduto de apoio a crianças que estão abandonadas ou vivem entregues a si próprias não recebendo os cuidados ou afeição adequados à sua idade e situação pessoal, sofrendo maus tratos físicos ou psíquicos estando sujeitas de forma direta ou indireta a comportamentos que afetam gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional. Este enquadramento da proteção não deve substituir, no entanto, a responsabilização individual e

familiar dos pais e encarregados de educação no contexto dos seus deveres para com os filhos que possuem, à luz da lei e do enquadramento moral e ético da nossa civilização direitos inalienáveis. Urge, elaborar, definir, aprovar uma agenda para a infância, um conjunto de políticas de proteção às crianças e jovens em risco muitas delas saídas desta crise pandémica que, enfim, levou a que muitas entrassem num estado de pobreza sem esperança no futuro. É posição unanime e também do Partido Socialista, como é óbvio, que estas crianças e jovens não podem ficar condenadas ao degredo social apenas porque nasceram em famílias sem recursos ou que empobreceram abruptamente por causa da pandemia. Por outro lado, é cada vez mais visível a degradação económica de uma classe média, não raras vezes esquecida no enquadramento económico da sociedade. Na última semana de abril aproveitemos para refletir sobre esta problemática. Muito obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

===== Cumprimentar Vossa Excelência, a Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Vereadores, os meus colegas de Assembleia Municipal, público e demais pessoas aqui presentes e as pessoas que, eventualmente, nos estarão a ouvir em casa. A razão da minha intervenção prende-se sobretudo com duas questões que nós achamos essenciais. E isto é mais um alerta para uma atuação que, nós não consideramos regular e respeitadora das deliberações que, nomeadamente tomamos nesta Câmara, que se prende exatamente com uma postura de trânsito para a Zona Industrial de Oliveira de Azeméis. Fazendo um bocado de história: Esta postura de trânsito que foi aprovada por reunião e câmara de 14 de novembro de 2019. Em que, e muito bem, o Senhor Presidente comunicou que a elaboração da postura esteve sujeita com a necessidade de melhorar e disciplinar a circulação de veículos motorizados e implementar sistemas de estacionamento. E, e muito bem, o Senhor Presidente na altura referiu que essa postura foi feita de acordo com os diversos contributos e subsídios que diversas entidades lhe foram fazendo chegar, nomeadamente os moradores, os residentes, as pessoas envolvidas, a GNR e as demais entidades que foram ouvidas. Aliás, o Senhor Vereador Hélder Simões, que não está cá, disse: “Que o objetivo de facto era minorar o problema da circulação numa zona tão importante. Porque a Zona Industrial de Oliveira de Azeméis de facto comporta várias empresas de renome nacional. E o objetivo seria de facto harmonizar a circulação rodoviária nessa zona.” Seguidamente, isto foi aprovado também numa reunião de câmara (Assembleia) de 22 novembro de 2019, foi aprovada a postura. E tal como é normal aqui, estas posturas de trânsito de facto não merecem qualquer tipo de reparo. Como aconteceu também, quer na reunião de câmara, quer na Assembleia Municipal. Mas eu tive ainda o cuidado de ver a ata da assembleia municipal e a única pessoa que interveio foi o Jorge Pereira. Ele pôs uma questão relativamente a uma rua que tinha dois sentidos ou um sentido. Portanto, nós aprovamos sem questionar qualquer tipo de

validade, sem questionar qualquer tipo de condicionamento para o lançamento desta postura. Maias tarde, o Senhor Presidente, num press release, já em 25 de novembro de 2020, referiu: embora tenha sido há um ano proposto o projeto Depois, nós não tivemos mais nenhuma informação. E eu, de facto, indaguei: porque é que eventualmente esta postura, deliberada nesta Câmara em novembro, não foi implementada? Porquê? Pronto. E li algumas intervenções do Senhor Presidente que vem alegar os problemas, ou melhor: a necessidade prévia de requalificação desse espaço através do lançamento de um concurso público. Eu, antes de mais, queria dizer Senhor Presidente ... E depois, então ... Eu tenho a dizer que este concurso público, não foi objeto nem de deliberação da câmara municipal nem deliberação da assembleia municipal, porque não tem que o ser. Pronto. Vamos fazer isto como ponto prévio, que é para ficarmos todos concluídos. Na reunião de câmara em 4 de março de 2021, o Senhor Presidente da Câmara anunciou que de facto o concurso ia ser lançado: concurso de requalificação. Não estamos a falar da postura. A postura ficou pura e simplesmente na gaveta. E, então, em 4 de março de 2021, o Senhor Presidente comunicou aos senhores vereadores que iria ser lançado a concurso essas tais obras de requalificação da Zona Industrial. E em 18 de março de 2021, comunicou que, infelizmente, o concurso ficou deserto. Era um concurso: Eu tenho aqui uma indicação do valor. Mas creio que já vi. Que para o caso não importa. Estamos a falar de 300 mil euros. Mas eu também já vi numa outra publicação que afinal, não era 300, eram 500 mil euros. Mas a razão da minha intervenção não era propriamente isto. A razão da minha intervenção Senhor Presidente é que nós deliberamos aqui uma postura de trânsito, há cerca de ano e meio, postura de trânsito absolutamente fundamental que não está cumprida. E o respeito pelas deliberações desta Câmara é muito importante. E a câmara municipal, no limite, se havia algum constrangimento, relativamente ao lançamento à implementação desta postura, era obrigação do Senhor Presidente da Câmara e dos Vereadores responsáveis vir aqui explicar a esta Câmara porque é que ainda não tinha lançado essa postura. E é um reparo que eu faço. E acho que é um reparo pertinente. Que nem tudo justifica. Estamos a falar de uma postura de trânsito absolutamente essencial. Como todos nós temos conhecimento. Fala-se em alguns constrangimentos. O Senhor Presidente já falou numa questão de uma rotunda, da Casa Velha, etc.... Mas, eu acho que quando for assim, Senhor Presidente. O Senhor diga a esta Assembleia, pelo menos na altura da deliberação, que a execução desta deliberação fica sujeita à requalificação. Acho que era muito mais correto para quem toma uma deliberação destas e depois vê que as deliberações não são tomadas. Também é um reparo para a Senhora Presidente da Assembleia para de alguma forma ser mais diligente no sentido de fazer com que estas deliberações sejam de facto aprovadas e implementadas. A outra questão que eu queria colocar, Senhor Presidente. E eu não quero ser maçador. Nem quero tomar tempo. Aliás, estive a ouvir a brilhante intervenção do Costa Gomes. De facto, aí exagerou também no tempo que lhe foi concedido. Mas queria também falar aqui numa outra coisa, Senhor Presidente. É uma coisa que para mim me é muito cara porque estive muito tempo a estudar a questão, que é de facto a requalificação ou a venda da Estalagem S.

Miguel. Não deixe isto morrer, Senhor Presidente. Não deixe que esta questão morra, que esmoreça, porque de facto é um equipamento que se está progressivamente a degradar. E eu nem sequer quero olhar para o passado. Porque evidentemente o passado é o passado. Mas de facto passaram mais 4 anos. E aquilo não está requalificado. Não está lá nada feito. E mais, quando se lança uma hasta pública, e foram duas que se lançaram, era fundamental - e eu já disse isto aqui nesta assembleia algumas vezes - era fundamental que de facto se faça uma prospeção prévia, no sentido de auscultar o mercado. Sei que há limites legais, quanto ao preço. Evidentemente que há limites legais. Mas antes de nós lançarmos um concurso público devia de facto ser aprofundado. Temos agora oportunidade. Agora se calhar não, porque estamos quase no fim do nosso mandato. Mas teríamos a oportunidade de lançar novamente a discussão sobre a Estalagem S. Miguel. Não estou a dizer que o problema é da vereação. A vereação faz aquilo que entende que deve fazer. Mas, de facto, convém relançar a discussão sobre o futuro da Estalagem S. Miguel. Que é uma coisa que todos nós temos no nosso universo e no nosso imaginário juvenil e adolescente. E o Parque de La-Salette claro que faz parte desse universo de todos nós. Não queria dizer mais nada. Muito obrigado. =====

*===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

*===== Antes de dar a palavra ao deputado seguinte, queria cumprimentar o Senhor deputado Jorge Melo Pereira que entretanto já está na Sala, bem como as Senhoras Presidentes de Junta. E perguntar se pretendem inscrever-se neste período PAOD (Período de Antes da Ordem do Dia)? Não. Então vou dar a palavra ao Senhor Deputado **Bruno Costa**, do PS. =====*

===== Boa tarde. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Dr.^a Helena Santos. Cumprimento, também, de forma particular, os cesarenses na pessoa do Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cesar - Senhor Augusto que hoje nos recebe na Casa dos Cesarenses. Hoje é o Dia Mundial do livro. Um setor profundamente afetado pela pandemia. Um setor que perdeu expressão nos territórios, sobretudo nos de mais baixa densidade populacional. Basta pensar no nosso concelho: Que livrarias temos? Como subsistem? Basta pensar que fomos dos últimos concelhos a ter uma biblioteca desenhada e pensada para essa missão, já bem entrado o Século XXI. Os portugueses compram, em média, um livro por ano. Mesmo com bibliotecas públicas, grande parte das pessoas lê apenas um livro por ano. Não será diferente por cá, apesar de termos por conterrâneo Ferreira de Castro, o escritor que ainda hoje é autor do livro português traduzido em mais línguas - A Selva. Uma das nossas maiores riquezas quase inexplorada, e sobretudo muito pouco valorizado. A degradação que se foi sentindo no património que ele nos legou, a forma como nunca promovemos verdadeiramente um programa em torno de Ferreira de Castro, explicam também muito do desconhecimento que sobre ele se foi instalando. Um escritor de estilo inato que, apesar da pouca escolaridade formal,

sinal do tempo e do lugar onde nasceu, nos deixou verdadeiros tratados de justiça social e de humanidade. Um escritor que denunciou o seu tempo, muito para lá da liberdade, mas sobretudo da necessidade, da pobreza endémica e das suas consequências, da falta de perspectiva de futuro, da ambição tolhida pela classe social, da impossibilidade de estudar e de ganhar mundo ou, para muitos, a obrigação de trabalhar a vida inteira sem que se pudesse chegar ao fim e olhar quinhão que fosse e senti-lo seu. Sempre o relatou nos seus livros. E, talvez, naquele que permitiu a muitos uma identificação quase instantânea, por nos servir de espelho e de consciência: A Lã e a Neve. Foi de tal forma raro e forte que o título deste livro dá nome a um agrupamento de escolas na Covilhã e não o nome do seu escritor: O Agrupamento de Escolas “A Lã e a Neve”. Ferreira de Castro, profundamente conhecedor do seu país, não deixou de conhecer o mundo. Dizem alguns por necessidade de respirar e de fugir do ambiente repressivo do país. Dessa volta ao mundo entregou-nos um precioso manuscrito e, mais uma vez, nos fez crer que há muito mais mundo do que a vista alcança e do que aquele que às vezes nos querem impor. Foi esse sentido de dever que lhe custou um veto no seu nome, em 1971, na lista de candidatos ao Prémio Nobel, pelo governo de Marcelo Caetano. Poderia ter sido o nosso Prémio Nobel da Literatura. O nosso primeiro Prémio Nobel. Faz este ano 50 anos. Mas o que impressiona é que, em mais do que uma ocasião, preferiu o seu nome na lista de candidatos, para poder indicar o nome de outros escritores portugueses. Talvez tenha saído do ambiente humilde onde nasceu, mas a humildade nunca deixou Ferreira de Castro. Neste aniversário de abril, não podemos deixar de reconhecer também, este aniversário, 50 anos depois de, por todo o país várias manifestações de apoio se terem solidarizado com Ferreira de Castro. Uma dessas manifestações ergueu-lhe um busto em Guimarães, em Caldas das Taipas, cuja homenagem evocativa muito simbólica ocorreu no sábado último. Ferreira de Castro é, de facto, um dos nossos maiores vultos. Não nos basta apenas recuperar o património que dele recebemos e que deixamos, sem justificação degradar, como temos que o exponenciar verdadeiramente. Pode ser, a par da nossa imensa capacidade industrial, um dos nossos grandes embaixadores. Nesse sentido, Senhor Presidente, gostaríamos de lhe perguntar sobre o estado do projeto para o Centro Interpretativo Ferreira de Castro, sobre a fase da sua candidatura e sobre as opções que em torno de Ferreira de Castro a Câmara Municipal vem promovendo e que, neste mandato, ganharam mais expressão com o Prémio Imprensa Nacional/Ferreira de Castro, promovido pela Imprensa Nacional Casa da Moeda e o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Obrigado. =====

*===== Para dar resposta às intervenções anteriores, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**.=====*

===== Muito boa tarde, a todos e a todas. Cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, cumprimentar os Senhores Secretários; Os caros colegas de executivo; neste cumprimento aproveito para saudar de forma especial a Dr.ª Carla Rodrigues pelo anúncio

da sua candidatura à Câmara Municipal. Naturalmente desejar - eu sei que é uma decisão difícil porque estamos a falar de uma missão nobre mas muito difícil também, mas desejar que a sua candidatura contribua para um debate rico e enriquecedor que todos nós desejamos proporcionar aos oliveirenses. Cumprimentar também os senhores deputados, os senhores presidentes de Junta de Freguesia; Cumprimentar de uma forma muito especial o Presidente de Junta - Augusto Moreira, nosso anfitrião; Cumprimentar também todos os cesarenses. Terra de gente laboriosa, como aqui foi dito. Uma terra com fortíssimo dinamismo empresarial, mas também com um movimento associativo muito rico, muito diversificado. É uma terra de muita gente ilustre. E é com todo o prazer que aqui nos encontramos ao mesmo tempo que, enfim, tratamos de assuntos de máxima relevância para o concelho. Temos oportunidade de sublinhar a importância que Cesar tem naquilo que é o contexto do concelho de Oliveira de Azeméis. Cumprimentar também os senhores funcionários da autarquia, a comunicação social presente, minhas senhoras e meus senhores. Dar algumas notas, sobre aquilo que foi dito: Em relação à intervenção do senhor deputado Carlos Costa Gomes: naturalmente que aquilo que disse sobre o 25 de Abril toca-nos a todos. Naturalmente também que, todo este percurso que foi feito pelo poder autárquico, pelo poder local, foi um percurso que enriqueceu a nossa democracia, foi um contributo importantíssimo que todos demos para o fortalecimento da nossa democracia e para aquilo que foram, ao fim e ao cabo, as conquistas de Abril que é, naturalmente, a conquista da liberdade, mas também a conquista da promoção da igualdade e da equidade. Nessa perspectiva, neste quadro particularmente difícil onde estamos num ambiente ainda de guerra, tivemos naturalmente que lidar com algo que, enfim, nos detonou nas mãos e, estamos neste momento a procurar livrarmos destes estilhaços, estamos a procurar sair dos escombros desta pandemia. E portanto, hoje, faz mais sentido do que nunca afirmar abril, neste quadro particularmente difícil onde nós fomos obrigados e fomos restringidos naquilo que é a nossa liberdade. Dar também nota que, naturalmente, uma das formas de nós celebramos o poder local é mantermos um relacionamento institucional, correto, uma excelente relação, com as nossas Juntas de Freguesia respeitando e apoiando os seus projetos e, naturalmente, resistindo à tentação de procurar interferir naquilo que são os seus legítimos anseios, nas respostas que, legitimamente, todas as Juntas de Freguesia pretendem dar à sua população. Portanto, tem sido esse o espírito desde o princípio. O espírito que tem animado este executivo é esse. É um espírito de colaboração, de cooperação permanente, de procurar encontrar em conjunto soluções para responder aos problemas da população. E naturalmente que ao fazê-lo estamos a promover o desenvolvimento do nosso território, que nós queremos que seja o mais coeso possível, o mais justo possível. Em relação á questão que colocou sobre o Centro de Negócios: Eu colocaria o problema de uma forma mais transversal. Não me limitaria a falar apenas e só da questão do Centro de Negócios. Que é um problema. É um problema que é conhecido. Todos nós sabemos que o equipamento é um equipamento importante. É um equipamento estratégico na Área de Acolhimento Empresarial de Loureiro, mas é um equipamento que tem um conjunto de patologias gravíssimas que tornam impossível a sua

utilização. Chove lá dentro. Chove copiosamente, lá dentro. E há um conjunto de problemas de natureza infraestrutural que tem que ser resolvidos antes de nós o ocuparmos de forma mais plena. Nós já estamos neste momento a ocupá-lo. Mas efetivamente estamos a fazê-lo de forma muito residual. Eu gostaria de contextualizar a questão do Business Center, numa coisa bem mais ampla, que é: A questão da própria Área de Acolhimento Empresarial de UI/ Loureiro. Onde temos aqui várias dimensões: Temos uma dimensão que é a dimensão dos terrenos, dos lotes. E foi para isso que a Área de Acolhimento Empresarial foi construída. Para dar resposta ao nosso tecido económico. Para termos ali espaço de acolhimento empresarial. A questão das acessibilidades: Que é uma questão muito importante, a questão dos acessos. Colocava também essa questão do Business Center e juntava a estas três equações a questão também da ETAR. Neste momento, a questão mais grave que nós tínhamos na Área de Acolhimento Empresarial relacionada com os lotes, está resolvida. Que é a questão dos lotes da Wuhan Industries. Neste momento, felizmente, temos um grande grupo empresarial oliveirense que adquiriu aqueles lotes. E vai finalmente tornar aqueles lotes úteis, produtivos, ao serviço da economia regional e, também, naturalmente, ao serviço da economia nacional. A questão dos acessos: E não estamos a falar dos acessos que tornam aquela zona industrial realmente uma zona industrial atrativa. Estamos a falar de acessos básicos que hoje se fazem pela rua da Vidigueira, mas que não têm o mínimo de condições de dignidade. E portanto, como sabe, nós avançamos muito recentemente uma candidatura. Aliás, estamos neste momento no terreno já a fazer essa intervenção. Uma intervenção de 550 mil euros., mas que permite requalificar pelo menos três arruamentos que são arruamentos estratégicos para a afirmação daquela Área de Acolhimento Empresarial. Em simultâneo, nós participamos de uma candidatura que representa uma extensão substancial daquela Área de Acolhimento Empresarial e representa também um fortíssimo investimento por parte da Câmara Municipal na sua expansão. E temos também um outro problema que estamos a tratar. A procurar tratar. Que é um problema também complicado. Que é o problema do saneamento também. E nós efetivamente não temos uma ETAR a servir aquele espaço de acolhimento. E isso naturalmente é uma fragilidade, sobretudo quando pretendemos atrair investimento que traz grande valor acrescentado para o nosso território. Efetivamente, o Business Center, teve um conjunto de problemas desde o princípio. Como sabe, - vou-me repetir, - já o disse aqui, aquele equipamento foi inaugurado com energia provisória. Longe de imaginar que não existia, sequer, energia definitiva, quer para o equipamento, quer para as empresas do espaço de acolhimento que queríamos ter, queríamos instalar. E, portanto, vendíamos lotes. Mas as empresas não tinham garantias de fornecimento de energia elétrica. Tivemos que criar esses indicativos. Tivemos que pagar esse fornecimento de energia em média tensão. E ao mesmo tempo tivemos que resolver um conjunto de problemas que tiveram, conforme disse e bem, a particularidade que foi, obviamente, procurar exigir responsabilidades, ao abrigo da garantia, a uma empresa que está a passar por dificuldades económicas terríveis, muito complicadas. E, portanto, o processo de acionamento da garantia aconteceu. Foi lançado o procedimento para a resolução

de algumas patologias graves. Mas naturalmente que, a própria Câmara Municipal terá que assumir, financeiramente, a resolução de vários problemas que não serão cobertos pela verba disponível pela caução. Mas temos também outros problemas muito complicados ao nível da receção técnica da obra. Porque ela nunca foi efetivamente recebida. E temos também essa dificuldade de operar com um conjunto de equipamentos que, estão instalados e que foram tremendamente caros, foram dispendiosos. E, portanto, essa própria receção técnica acabou por não ser feita. E, portanto, aquilo que nos estamos a fazer, no Business Center, é procurar criar condições para que aquele equipamento efetivamente cumpra a sua missão. Muito sinceramente, neste momento, nós não estamos muito preocupados, ainda, com a questão de natureza da gestão condominial e se essa gestão condominial está a ser feita, se os empresários estão a pagar essa gestão condominial, conforme estava prevista. Eu julgo que seria tremendamente errado nós estarmos a exigir aos empresários que eles pagassem essa gestão condominial, seja a que nível for, atendendo às condições que lhes disponibilizamos neste momento. Portanto, nós temos condições que são condições ainda algo precárias, débeis. E portanto, não faz sentido que nós transfiramos para os empresários um conjunto de responsabilidades, quando nós próprios não tivemos ainda capacidade para assumir plenamente as nossas responsabilidades. E, portanto, estamos a fazer esse trabalho de procurar que aquele edifício, o mais rapidamente possível, possa entrar em funcionamento, possa, enfim, ser disponibilizado para uma missão que ajude o desenvolvimento do nosso território, que crie, eventualmente, muitos empregos. É isso que nós estamos a procurar fazer. E espero que, muito rapidamente, tenhamos finalmente esse problema resolvido. Efetivamente foi criado também, conforme disse, um regulamento para o funcionamento do Business Center. É esse regulamento que servirá de base ao fim último que pretendemos dar ao edifício. E, portanto, será esse regulamento que nós procuraremos depois implementar: Com gestão da Câmara; Com uma gestão em parceria. Enfim, teremos algumas fórmulas que poderemos estudar no futuro. Aquilo que importa a todos nós, não tenho dúvidas nenhuma, é que aquele equipamento efetivamente comece a funcionar na sua plenitude. Em relação à intervenção do senhor deputado Manuel José Soares, que falou: sobre o mês de abril, sobre o mês internacional dos maus-tratos na infância. Não tenho muito a dizer. Assinalar apenas a importância de nós assinalarmos, com toda a dignidade e com toda a visibilidade, esta data. E procuramos fazê-lo através de um conjunto de iniciativas. Procuramos fazê-lo através daquela que é a mais evidente, que é a posição de um “Laço Azul” nos diferentes equipamentos públicos. Mas aqui, importa também, aproveitar esta oportunidade para destacar o importante papel, o fundamental papel que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens desempenha diariamente precisamente nesta dimensão e noutras dimensões também relacionadas com as nossas crianças e jovens. E é absolutamente fundamental que nós apoiemos esse trabalho. Mas, isto é um desafio que todos, enfim, temos de lançar e eventualmente refletir: É de que forma é que nós podemos criar condições, para - Eu não diria eliminar completamente estes problemas, porque isso talvez seja demasiado pretensioso, - mas, para percebermos quais são as suas causas; Quais são as suas

origens; E aquilo que temos que fazer para as atacar, para as procurar debelar. Eu não tenho dúvidas nenhuma que, o combate à pobreza, a erradicação da pobreza é absolutamente fundamental. Porque muitas vezes estas crianças nascem num ambiente de grande pobreza. E todas essas fragilidades acabam por lhes ser transmitidas. E acabamos por ter aqui uma pobreza sistémica que depois origina a permanência destes problemas através das gerações. E não tenho dúvidas nenhuma, isso estamos seguramente todos de acordo, que uma das melhores formas que nós temos de prevenir os maus-tratos sobre as crianças, mas também um conjunto de outras violências que nós temos noutros domínios, é seguramente através de um investimento fortíssimo na educação e na formação das pessoas. E portanto, estas duas dimensões acho que são dimensões que terão que ser alvo de reflexão. E um conjunto de políticas públicas que têm que ser refletidas, no sentido de lhes procurar darmos resposta. Porque senão, aquilo que nós fazemos todos os anos é, enfim, assinalar as datas, um conjunto de iniciativas, mas continuamos a ostentar um conjunto de números que são absolutamente trágicos. Estamos a falar de centenas de casos por ano que são tratados ao nível da CPCJ em Oliveira de Azeméis. E são muitos milhares de casos que são tratados nas diferentes CPCJs do nosso país. Em relação à intervenção do senhor deputado Fernando Pais, sobre a postura de trânsito na Zona Industrial. Efetivamente há aqui um atraso na sua implementação. Mas, é verdade que essa implementação decorre da requalificação que queremos fazer para a Zona Industrial, ou seja: não faz sentido nós implementarmos uma postura que não corresponde, digamos, aquilo que queremos fazer em termos do ordenamento e da requalificação que pretendemos implementar na Zona Industrial de Oliveira de Azeméis. Lamentavelmente, o primeiro concurso ficou deserto. Foi lançado um novo concurso com um valor superior ao valor do concurso inicial. Hoje, foi precisamente o dia de abertura das propostas. Tivemos propostas e tivemos concorrentes interessados em fazer a obra pelo valor base que foi lançado a concurso, ou abaixo do valor base que foi lançado a concurso. E portanto, teremos condições para entrarmos em obra e depois, a seguir a essa requalificação, implementarmos a postura de trânsito que foi aqui aprovada. Deixe-me dizer-lhe que, há um conjunto de aspetos que ainda estão a ser resolvidos. Há um conjunto de questões laterais, algumas delas de alguma complexidade, que estamos a procurar resolver. Mas deixe-me dizer-lhe que, este atraso não significa alguma falta de respeito para com o Órgão Deliberativo. Muito pelo contrário. Nunca ensaiamos sequer, nem faz parte, digamos, da nossa conduta política, do nosso Código de Conduta desrespeitarmos este Órgão. Muito pelo contrário. Portanto, nessa perspetiva, a dificuldade em implementarmos esta postura resulta objetivamente desta dificuldade que nós tivemos em resolver um conjunto de questões laterais. Que estão praticamente todas resolvidas. E também esta questão que eu acabei de dizer do problema que tivemos com o lançamento do concurso. Portanto, esse respeito existe. E esse respeito quero que fique aqui completamente sublinhado. Não ficou, a postura de trânsito, na gaveta. Estivemos sempre a trabalhar empenhadamente para resolver este problema. Em relação à Estalagem S. Miguel. Também não vamos deixar morrer a Estalagem S. Miguel. Todos estamos de acordo que, como

está, não serve, não serve os interesses de ninguém. E, portanto, tem que ser encontrada uma solução. O problema é que é difícil encontrar uma solução. E portanto, o que é que acontece? Acontece que, nós fizemos o ensaio. Senhor deputado - fizemos um trabalho intenso- acredite, de prospeção prévia, de identificação de potenciais interessados. Mas, como compreende, o último ano, não foi um ano propriamente favorável para as pessoas olharem para este tipo de respostas e pensarem, enfim, mesmo os fundos de investimentos, em agarrarem este tipo de oportunidades. Portanto esperemos que agora se recupere alguma normalidade e tenhamos condições para encontrar uma solução para a Estalagem, seja por via da alienação, seja por via de outra solução qualquer. Portanto, não se fez nenhuma requalificação porque não há nenhuma requalificação para fazer. Nós para fazermos uma requalificação para o equipamento temos que ter uma perspectiva de um uso definido. A Câmara não é, seguramente ... As Câmaras, de uma maneira geral, não estão seguramente preparadas para gerir equipamentos de natureza turística. E portanto, não nos vamos abalar a fazê-lo. Aquilo que nós pretendemos é encontrar alguém interessado que promova aquele equipamento e que ajude a atrair pessoas e a criar dinâmicas económicas e sociais que nós precisamos para o nosso território. E portanto, nós esperamos que, enfim, existam interessados. Neste processo: Sempre fomos completamente transparentes com este processo; Sempre dissemos aquilo que estávamos a fazer. Vamos procurar, no futuro, continuar a fazê-lo. Nós, neste momento, estamos a trabalhar com um interessado, um interessado na Estalagem. Foi feito um projeto por um gabinete de arquitetura de Oliveira de Azeméis, a pedido desse interessado, para perceber até que ponto havia possibilidade de aumentar o número de quartos não impactando com aquilo que nós pretendemos para aquele espaço e procurando preservar ao máximo a identidade que existe em torno do edifício construído. Esse projeto, que não é um projeto de execução, naturalmente. É um esboço preliminar que permite, apenas e só, ao gabinete de arquitetura demonstrar ao investidor que é possível aumentar o número de quartos sem termos ali um impacto relevante em relação aquilo que já existe, em relação à pré-existência. Portanto, esperamos que muito rapidamente tenhamos alguma coisa a dizer. Mas continuamos a trabalhar noutras dimensões, noutros processos. E esperemos que aquela Estalagem, à semelhança de outros equipamentos que temos no concelho, tenha finalmente um desfecho positivo. Em relação à intervenção do senhor deputado Bruno Costa: Dia Mundial do Livro. Ferreira de Castro. Inteiramente de acordo. O mea-culpa, em relação àquilo que é o potencial deste ativo cultural importantíssimo que nós temos no nosso concelho. Um cidadão do mundo. Um cosmopolita. Um homem com um pensamento de grande universalidade. Um homem que defendeu sempre o valor da dignidade humana, o valor da vida, o valor da humanidade. E portanto, temos aqui, para além de ser um enormíssimo escritor, um talentoso escritor. Mas reconheço que, nós, até ao momento, ainda não tivemos capacidade para potenciar esse ativo cultural importantíssimo que nós temos no nosso concelho. Aliás, é verdade que, existem outros municípios que não têm a sorte, nem nunca vão ter, de ter Ferreira de Castro a ter nascido no seu território que têm feito mais por Ferreira de Castro do que nós. E portanto, eu atrevo-me a dizer

que isto que é uma responsabilidade coletiva, uma responsabilidade de todos nós procuramos inverter este quadro que tivemos até aqui. Eu julgo que o que se fez com os Roteiros Literários, com os Caminhos Ferreira de Castro são iniciativas importantes. O que temos hoje com o museu e com a biblioteca também são apontamentos importantes. Temos que lhe juntar esse equipamento do Centro Interpretativo Ferreira de Castro, que é absolutamente fundamental para criar um conjunto de respostas em torno, digamos assim, desse equipamento e também em torno da dinâmica que pode ser trazida para esse equipamento através do papel importantíssimo e insubstituível do Centro de Estudos Ferreira de Castro. E, portanto, neste momento, nós temos uma candidatura à ADRITEM. Que está aprovada. E portanto, vamos o mais rapidamente que for possível também, depois de ser assinado o termo de aceitação, vamos lançar a obra a concurso. Mas o Centro Interpretativo Ferreira de Castro é muito importante, é muito importante, mas não é determinante. O que é determinante é que nós, em torno de Ferreira de Castro, saibamos construir um programa de afirmação cultural, de afirmação da sua obra. E que tenhamos a capacidade também de potenciar tudo aquilo que Ferreira de Castro pode trazer para o nosso território e, muito concretamente, para a freguesia de Ossela. E portanto, temos trabalhado com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia também nesta questão do Centro Interpretativo Ferreira de Castro. E aquilo que nós esperamos é ter condições para, envolvendo a Junta de Freguesia, envolvendo o Centro Estudos Ferreira de Castro, envolvendo a própria comunidade osselense e a própria comunidade oliveirense, e aí, naturalmente que a comunidade educativa é absolutamente determinante, termos aqui um programa que já foi desenhado, já foi apresentado, já foi discutido. Um programa que tem que ter recursos financeiros. Mas tem que ter, sobretudo gente que goste de literatura, gente que goste de Ferreira de Castro a promovê-lo e a potenciá-lo. E, portanto, é esse o desafio com que todos estamos confrontados. E esperamos, também, ter condições para transformar Ferreira de Castro numa marca cultural que, naturalmente, promova o nome de Oliveira de Azeméis aquém e além-fronteiras, como ele conseguiu fazer com a sua obra. E julgo que respondi, enfim, de forma sumária a todas as questões que foram colocadas até ao momento. Muito obrigado.=====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD. =====*

===== Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Oliveirenses. Tal como se esperava e tem sido anunciado, este será o ano de maior frente de obra a que esta Câmara se abalançou ao longo dos quatro anos de mandato. Ninguém tem dúvidas. Nós e todos os oliveirenses só podemos estar satisfeitos com isso e mais estaríamos se o volume de obra fosse assim todos os anos porque bem precisa o nosso município de mais e mais. A propósito de algumas delas, fazendo eco da curiosidade e do sentir dos oliveirenses que nos elegeram, queria colocar ao Senhor Presidente

algumas perguntas. Há dias, o Correio de Azeméis dava conta de que as obras do Mercado Municipal tinham sido consignadas e iriam iniciar-se em breve. Penso que será verdade. E portanto, nessa lógica, gostaria de perguntar: O alojamento provisório do Mercado, tal como foi anunciado há largos meses, mantém-se junto às ruas António Marques e Abílio Campos, no largo já assim batizado (Mercado Provisório) por ter sido a solução encontrada na anterior remodelação? - Já há data e já foi preparada a mudança? Todos os feirantes, além dos vendedores de produtos alimentares, ficarão alojados no mesmo espaço? - E quando regressados ao edifício remodelado haverá lugar para todos ou há outras soluções em vista? Outra importante frente de obra são as estradas. E nestas o Senhor Presidente tem repetido com alguma insistência que não quer que sejam esburacadas com obras logo a seguir às intervenções. Por isso defende a colocação das infraestruturas antes do betuminoso. Além da antiga Nacional 1, a norte da cidade e da Rua do Mosteiro em Cucujães, tem sido assim em todas as outras, inclusive quando já há infraestruturas e é preciso fazer ramais de ligação às moradias, Senhor Presidente? E como tem sido a coordenação dos trabalhos com os utentes das vias, nomeadamente com empresas e casas comerciais? Quando fora do meio urbano, nas freguesias, as intervenções são sempre articuladas com os Senhores Presidentes das Juntas e até com os moradores, com as empresas, com os envolvidos? Quando se trata de obras - em regra bem-vindas para toda a gente - não se deve (e muitas vezes não se pode) esquecer uma boa articulação com quem está no terreno e com quem vai beneficiar dessas obras. Só a propósito disto, mais uma questão: A propósito de outra intervenção que a Câmara estará a fazer neste momento, a levar a efeito no edifício da chamada Associação de Socorros Mútuos, em Santiago de Riba-Ul onde o Jardim de Infância do Cruzeiro tem há largos anos a Componente de Apoio à Família. Chegaram-nos rumores de que essa articulação não existiu e que haverá até algum mau estar entre a associação de pais e a autarquia. Isso é verdade, Senhor Presidente? Desde já, muito obrigado pelas respostas que nos possam ser dadas. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Amaro Simões**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====*

===== Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, público; um cumprimento muito especial ao Presidente da Junta de Freguesia de Cesar - Augusto Moreira e na sua pessoa a todos os cesarenses. Sendo, ainda, cedo para fazer o balanço do mandato, atrevo-me a deixar uma reflexão como entendo o desempenho das nossas funções políticas e públicas, focando-me principalmente na dimensão autárquica. Os partidos pelos quais concorreremos são simplesmente um instrumento, um meio de promoção da cidadania e um serviço e não um fim ou um objetivo a atingir, custe o que custar. Antes dos partidos, com quem nos comprometemos, estão as pessoas que nos elegeram e que queremos servir. Antes destas, ainda, está a nossa consciência que, em qualquer

circunstância, deverá sempre prevalecer. Diferentemente de qualquer competição em que todos se empenham, e só um é que ganha; na política, a sério, todos têm de ganhar e progredir em equidade e solidariedade. Na política, e, por maioria de razão, na política autárquica, não deve prevalecer o egoísmo, o egocentrismo, o protagonismo ou a procura da vã glória. Relembro: Um político ou um autarca que não sirva para servir, não serve para nada. Como representante das Juntas de Freguesia nos dois últimos Congressos (23º e 24º) da Associação Nacional de Municípios Portugueses de que, em devido tempo, - espero que se lembrem - não fiz qualquer reporte, como deveria, dou-vos nota da imagem sobranceira que os autarcas mais poderosos assumem em relação aos autarcas de municípios mais pequenos ou com mais dificuldades. As respostas arrogantes de alguns destes municípios à pandemia covid-19 foram paradigmáticas desta visão narcisista, maniqueísta e egocêntrica. Pensam que se podem salvar sozinhos e desenvolver à custa dos outros. De acordo com o princípio “Pensar Global, Agir Local”, ao nível das nossas autarquias e dos respetivos presidentes de Junta, quero testemunhar precisamente exemplos positivos de boas práticas: a amizade, o respeito, a elevação, a tolerância e a solidariedade com que nos acolhemos e tratamos uns aos outros. Este espírito de convivência manifestou-se saudável para todos nós e facilitou a “VIDA” do Executivo municipal que soube reconhecer, valorizar e tratar com seriedade, isenção e subsidiariedade todas as freguesias do município que puderam assim testemunhar e saborear grande volume de obras para bem e satisfação de todos. Não fosse a interrupção da pandemia, muito mais se haveria de esperar desta relação de confiança, cumplicidade e colaboração. Todos nos felicitamos quando vemos progresso e desenvolvimento nas nossas Freguesias e nas Freguesias vizinhas. O mesmo se poderá dizer das Coletividades e Instituições Privadas de Solidariedade Social. Relativamente à minha Freguesia congratulo-me com a conclusão das obras de saneamento e água, o novo equipamento do Grupo Desportivo de S. Roque, bem como com a construção da nova Ponte dos Moinhos. Esta obra com a colaboração preciosa da Câmara Municipal de S. João da Madeira com quem solidariamente trabalhamos. Desta colaboração e solidariedade há de resultar outra acessibilidade que ligará a EN nº 227 à EN nº 327 - Zona Industrial nº 1 / Travessas de São Roque / Z. Industrial das Travessas de S. João da Madeira e Macieira de Sarnes, de quem temos estado longe e queremos desta forma estar ainda mais perto. No entanto, não posso deixar de manifestar uma grande frustração por não termos recuperado o projeto da Zona Industrial de Costa Má, de modo a consolidar a nossa indústria tradicional e, sobretudo, atrair indústrias inovadoras e alternativas. Espero que o novo PDM possa consolidar este espaço, amplamente estudado, como Zona de Equipamento Industrial. Quero agradecer a todos a confiança e a simpatia com que sempre, nos momentos bons e menos bons, me acolheram e presentearam. Boa tarde, a todos. ==

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

=====
Cumprimentar, naturalmente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores deputados, comunicação social e todos aqueles que nos estão a acompanhar; Sendo o último, mas não deixando passar em claro, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cesar, que mais uma vez nos recebe muito bem na sua casa. Senhor Presidente da Câmara, a matéria que pretendo hoje abordar diz respeito a um assunto que preocupa todos os portugueses, e naturalmente, todos os oliveirenses e que diz respeito à vacinação contra a doença provocada pelo vírus da SARS-CoV-2. Senhor Presidente, o Centro de Vacinação de Oliveira de Azeméis, segundo declarações do Senhor Presidente tem uma capacidade instalada para 200 a 400 inoculações dia. As expectativas eram de atingir as 400 inoculações diárias, número sujeito, claro, à disponibilidade de vacinas o mais rapidamente possível. Não vamos falar, hoje, aqui, dos atrasos verificados na receção das vacinas que provocou alguns constrangimentos à população, porque isso não depende diretamente da atuação do município. Contudo, também, importa perceber as diligências que foram observadas pelo município. E, algumas questões muito concretas, Senhor Presidente: Qual o número de inoculações/dia no centro de vacinação de Oliveira de Azeméis? Todos nós sabemos que o número de pessoas vacinadas no país está abaixo do que era expectável. A meta do plano de vacinação de atingir 70% até ao verão será dificilmente cumprida. Em Oliveira de Azeméis, em 31/03 o Senhor Presidente na reunião de câmara disse que tínhamos até ao momento 2002 utentes vacinados em Oliveira de Azeméis. A minha pergunta, Senhor Presidente, vai no sentido de saber o número total de pessoas inoculadas no nosso município até ao momento? É certo que esse número pode não ser preciso. Mas para ficarmos com uma perceção. E quantas pessoas com a primeira dose e com a segunda dose? Decorreu, como todos sabemos, no passado fim-de-semana, refiro-me à vacinação dos professores - pergunto: Se o Senhor Presidente sabe qual é o universo de professores vacinados, neste momento? E, permita-me ainda questioná-lo, relativamente à primeira fase: - perceber se todos aqueles que era expectável estarem (vacinados) na primeira fase, - e falo dos funcionários e utentes das IPSS, os bombeiros, os profissionais de saúde - Se já está concluída em Oliveira de Azeméis? Para concluir, Senhor Presidente, gostava também de perceber se temos no município capacidade instalada, refiro-me a recursos humanos e técnicos para alargamento e aumento da capacidade de vacinação no nosso município. Atualmente, o centro de vacinação, instalado na Escola Soares Basto, tem 4 boxes e um espaço que funciona de sala de recobro, onde as pessoas estão 30 minutos que precisam de estar depois da inoculação para ver se tudo correu bem. Tendo em conta que, e segundo declarações do Senhor Vice-almirante Gouveia de Melo, vamos aumentar dentro de duas a três semanas a nossa capacidade para vacinarmos em Portugal 100 000 pessoas diárias. E, portanto, vamos aumentar certamente a nossa capacidade de vacinação também no município de Oliveira de Azeméis. A pergunta que lhe pretendo colocar é a seguinte: Se, tendo em conta o atual cenário existente, existe capacidade instalada, refiro-me: meios humanos, aos meios técnicos e espaço do pavilhão adequados, para aumentarmos essa mesma

vacinação no município de Oliveira de Azeméis e assim conseguirmos concluir mais cedo a nossa imunidade de grupo? Porque, Senhor Presidente, é importante termos esta informação e é importante também conseguirmos antecipar. Muito obrigada. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

===== Cumprimento-a e em si cumprimento todos os presentes, de uma forma particular o Senhor Augusto. Permitam-me duas ou três notas prévias: Uma para cumprimentar, naturalmente, a doutora Carla Rodrigues que anunciou já a sua candidatura. Esperando que o processo democrático possa de facto ser saudável e possamos todos debater o concelho de Oliveira de Azeméis, cumprimento-a por isso. E permitam-me também, porque nós já fomos um dos concelhos mais afetados em determinado momento por esta pandemia e sempre disse que este não era um problema municipal, não era um problema nacional era um problema de todos e, portanto, ser absolutamente solidário com os concelhos de Portimão, Odemira, Moura e Rio Maior que estão numa fase diferente do processo de reabertura progressiva e que para a maioria desses cidadãos e dos autarcas que têm de gerir esse processo enfrentam nesta fase e neste momento algum estigma de muitos outros municípios e, sobretudo, muita incompreensão da parte dos seus cidadãos. Fica naturalmente a nossa solidariedade. Passaram 47 anos da Revolução de Abril. Começam a ser mais os portugueses que nasceram depois de 74 e para quem a democracia parece um dado adquirido. Mas nunca o é. A recente sondagem do Expresso mostra isso mesmo. Apesar de praticamente ninguém colocar em causa a natureza democrática do nosso regime, há muitos portugueses que sentem, em maior ou menor grau, que a nossa democracia não é perfeita, que tem vícios e defeitos que devemos corrigir. Dificilmente haverá uma democracia perfeita, aqui ou em qualquer parte do mundo, mas esse tem que ser o nosso esforço e o nosso compromisso constante, sobretudo no exercício de cargos públicos. Podemos ter opções diferentes, fazer escolhas diferentes, tomar decisões com as quais nem todos concordam, podemos até errar em algumas dessas decisões. Mas a seriedade e a transparência com que o fazemos, a consciência de ser a decisão que nos parece a mais acertada e, acima de tudo, um verdadeiro espírito de entrega à causa pública, têm que nos correr no sangue. Foi este o espírito que trouxemos para este mandato. 45 anos depois das primeiras eleições democráticas para o poder local. Um forte sentido de causa pública, de total respeito pelas pessoas e de total frontalidade. Um espírito que nunca vendeu facilidades, que enfrentou e enfrenta muitas dificuldades e, sobretudo, que deixou claro ao que vinha e qual era o caminho. - Foi por isto, até no espírito de Ferreira de Castro, que olhámos para a educação como um verdadeiro desafio. E com toda a assertividade pedimos que procurem em todas as intervenções públicas, atas, projetos, intenções de projetos, qualquer referência que fosse ao profundo estado de degradação que enfrentava o nosso parque escolar até 2017. Um qualquer exemplo. Várias escolas sofreram já intervenção, outras estão em obras,

outras em fase de projeto. Podíamos falar do Jardim de Infância de Pinhão, da EBI de Pindelo, da Fonte Joana, do Jardim de Infância do Cruzeiro. Mas preferimos falar das Escolas de Faria de Baixo, Lações, Cesar, Alumieira, Palmaz ou do Brejo. Porquê? Porque nos importa sobretudo o que ainda temos que fazer. Foi por isso que olhámos para a rede viária, profundamente degradada, com necessidades de investimento muito superiores às que desde 2018 temos vindo a fazer. E podíamos falar da Rua do Mosteiro ou da Nacional 1 de São João da Madeira até Oliveira de Azeméis, mas preferimos falar da estrada da BTL em Ossela ou da N1 de Oliveira de Azeméis a Travanca. Porquê? Porque nos importa sobretudo o que ainda temos que fazer. Foi por isso que olhámos para o edificado público, praticamente todo por recuperar. Basta pensar em todos os edifícios públicos no Centro da cidade, todos. Todos por recuperar e dinamizar, apesar das imensas rendas que sempre pagámos. E podíamos falar do antigo Centro de Saúde, ou do edifício das antigas finanças ou do Mercado Municipal, ou da Casa das Eras, mas preferimos falar do Centro Interpretativo do Vidro, ou da Casa Museu Ferreira de Castro. Porquê? Porque nos importa sobretudo o que ainda temos que fazer. Foi por isso que olhámos para as redes de água e saneamento de forma decisiva. Talvez o nosso maior problema ambiental, infraestrutural, de competitividade e de qualidade de vida. Um problema fortemente agravado por uma concessão de que ninguém tem dúvidas que foi má e que nos amarra. Podíamos falar da ETAR Sul, da rede construída em Travanca, Santiago, São Martinho, Cucujães, São Roque. Mas preferimos falar sobre Fajões, Macieira de Sarnes, Nogueira do Cravo, Madail. Porquê? Porque nos importa sobretudo o que ainda temos que fazer. Foi por isso mesmo que olhámos para os impostos municipais e assumimos um compromisso que honramos. Poderíamos falar da baixa do IMI para a taxa mínima, a maior baixa de impostos municipais de sempre, que se sentiu o ano passado e que se sentirá novamente em maio deste ano. Uma família que em 2019 pagasse 325 euros de IMI, pagará em 2021, 195 euros, menos 130 euros. Mas preferimos falar do IRS, que continua na taxa máxima. Porquê? Porque nos importa sobretudo o que ainda temos que fazer. Foi por isso mesmo que, pela primeira vez, qualquer que tenha sido a sua escolha democrática, todas as juntas de freguesia foram olhadas da mesma forma, tratadas com o mesmo apreço e merecedoras de investimentos que não olham a cores partidárias. Quem viveu mandatos anteriores, quem combateu práticas erradas, quem tentou lutar contra essa forma errada de fazer política, quem viu serem desrespeitados cidadãos eleitos, quem percebeu as consequências de se denunciar essas práticas, só pode reconhecer hoje, sem qualquer dificuldade, como Abril também aconteceu neste mandato. E se hoje o posso dizer, é porque a democracia também nos trouxe esta liberdade: a de podermos falar sem desassombro, mas com elegância. Senhor Presidente, Abril é uma construção permanente. Mas um concelho também. Há ainda muito por fazer nas áreas que referi e em muitas outras. Já havia em 2017 e, para muitos problemas, já havia há muitos anos mais. Deve ser este, no espírito de Abril, também o nosso compromisso: continuar a trabalhar para recuperar um concelho e para apoiar as pessoas. Dizendo sempre a verdade, não cedendo ao que parece mais fácil, sem nunca perder o rigor e, o que é mais importante em democracia, podendo continuar a

olhar nos olhos as pessoas, esperando que sintam o à vontade para diretamente nos abordar na rua quando discordam, sem qualquer receio, mas acreditando que não duvidam da forma séria e honesta do nosso trabalho. É a nossa forma de estar e de olhar a comunidade: de igual para igual e em espírito de missão. A mesma missão que Ferreira de Castro, em “O Instinto Supremo”, o livro de regresso à Selva 40 anos depois, relata em homenagem a Cândido Rondon, marechal republicano e abolicionista. Na missão de pacificar os índios parintintins no interior da selva amazônica, o comandante da missão obriga todos os homens a jurar antes de partirem: aconteça o que acontecer, nunca tirarão a vida a um índio. E assim escreve Ferreira de Castro no início daquela viagem: Eram novos, magros e descascados, um ao lado do outro, os dois mastros. Unia-os, ao meio, uma tira de pano branco, com grandes letras negras, onde se lia: «Morrer se necessário for; matar, nunca!». Como na causa pública e como fizemos ao longo deste mandato: Servir sempre. Ser servido nunca. 25 de Abril sempre, também em Oliveira de Azeméis. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada Ana Neves, do PSD. =====

===== Boa tarde, Senhora Presidente da Assembleia Municipal. E sintam-se todos cumprimentados na pessoa da Senhora Presidente. Quero cumprimentar de uma forma particular o Senhor Augusto. O tema que me traz aqui é a prevenção dos maus-tratos nas crianças. Em 1989, uma mulher norte americana Bonnie Finney, amarrou uma fita azul na antena do carro, em homenagem ao seu neto, vítima mortal de maus-tratos. Com esse gesto quis “fazer com que as pessoas se questionassem”. A repercussão desta iniciativa foi de tal ordem que abril passou a ser o Mês Internacional da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância. Todos os anos a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - CPCJ de Oliveira de Azeméis promove várias atividades para assinalar a data e, mais do que isso, alertar para este drama, sensibilizar a população para esta realidade e procurar a sua erradicação. Este ano, apesar dos constrangimentos, não será exceção. A CPCJ elaborou um “calendário de afetos” propondo aos pais, até ao dia 30 de abril, que participem ativamente na vida dos seus filhos desenvolvendo uma tarefa específica por dia. No âmbito desta campanha Laço Azul, o concelho “veste-se” de azul neste mês para se associar ao Mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância. A CPCJ desafiou a comunidade oliveirense a criar o seu próprio Laço Azul, colocando-o em varandas, janelas, portas e ruas, desafio que foi prontamente aceite pelos oliveirenses, quer por particulares quer por instituições. Sob o lema “Serei o que me deres... Que seja amor”. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis associou-se à campanha com um Laço Azul gigante. O Município é sem dúvida um parceiro crucial no domínio do apoio logístico, financeiro e administrativo da CPCJ, designadamente no que concerne à disponibilização dos meios necessários ao seu funcionamento. A pergunta que se impõe ou as perguntas que se impõem são as seguintes: Está a Câmara Municipal a cumprir a sua obrigação? As atuais instalações da CPCJ respeitam as exigências legais? As atuais

instalações da CPCJ cumprem as exigências mínimas de conforto, salubridade, isolamento térmico e acústico, privacidade necessários ao desenvolvimento da sua atividade? Há condições e garantias de confidencialidade para as famílias e crianças que ali se deslocam? Há um espaço específico para audição de crianças? A CPCJ dispõe dos meios humanos, técnicos, administrativos e logísticos imprescindíveis para o seu regular funcionamento? É só. =====

*===== Para dar resposta às intervenções anteriores, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**. =====*

===== Começaria por dar resposta à intervenção do senhor deputado Albino Martins: Efetivamente, o Mercado Municipal está consignado. É um consórcio constituído pelas empresas DAPE e AXIS ARTE. O valor da obra é de 3.763 milhões de euros. O Mercado provisório não vai ficar na Praça Abílio Campos. E não vai ficar na Praça Abílio Campos porque neste momento está a decorrer um processo de licenciamento na Câmara Municipal que a concretizar-se inviabilizaria completamente a coabitação entre o Mercado Municipal provisório nesse local e a construção que está em fase de licenciamento. E, portanto, arranjamos uma outra alternativa. Essa alternativa, neste momento, está a ser trabalhada, está a ser construída. Nessa alternativa vamos albergar todas as pessoas que estão no atual mercado. No futuro mercado, depois de requalificado, não vamos albergar todas as pessoas que estão no atual mercado. Isto, porquê? Porque um mercado moderno, um mercado inovador, um mercado que, sobretudo, disponibiliza produtos frescos às pessoas, não tem hoje expressão, não tem hoje acolhimento naquilo que são as reestruturações que estão a acontecer um pouco por todas as cidades do país neste tipo de equipamentos. E, portanto, a alternativa será a realização de uma feira, à semelhança daquela que acontece aqui com muito sucesso, por exemplo, na freguesia de Cesar. Que podemos naturalmente decidir a periodicidade que muito bem entendermos. Vamos trabalhar nisso, no sentido de procurarmos criar uma resposta que complementa esta resposta do mercado de frescos que vamos procurar ter no novo Mercado Municipal que, como sabem, com as devidas ressalvas, é uma réplica daquilo que acontece nas cidades de maior dimensão tendo a coabitar no mesmo espaço respostas de natureza cultural com respostas de natureza gastronómica, a praça da restauração e depois, naturalmente, o espaço comercial para, enfim, responder às necessidades dos consumidores e também, naturalmente, para potenciar negócios para os próprios comerciantes. Em relação às estradas: Nós estamos efetivamente a intervir na Estrada Nacional nº 1, o valor de investimento são 415 mil euros. Estamos a investir também na Rua do Mosteiro 620 mil euros. E estes valores tão expressivos significam, resultam, do facto, precisamente, de criarmos essas respostas, as tais redes de água, as redes de saneamento, os ramais, as próprias redes de águas pluviais para que as estradas, enfim, tenham melhor escoamento e, dessa forma, o piso se consiga preservar durante muito mais tempo. Portanto, procuramos fazê-lo, sempre que é possível fazê-lo e sempre que há, sobretudo, perspetivas de ter infraestruturas nessas ruas. Não

faz sentido nós estarmos a criar ramais, se não temos perspetivas de dotar as vias de rede de saneamento; ou dotar as redes de saneamento e ramais, se não temos perspetivas de fazer o encaminhamento do saneamento recolhido. E portanto, aquilo que nós estamos a procurar fazer é sempre que fazemos este tipo de intervenções ... Aliás, está a acontecer, por exemplo, com dois trabalhos - o Senhor Presidente da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo está a colaborar, que é na Zona Industrial de Nogueira do Cravo - onde o trabalho que está a ser feito, aliás, neste momento, está a ser construída rede de água na Zona Industrial, que não existia. Está neste momento a ser construída, para que depois possamos fazer a requalificação do pavimento e possamos, ao mesmo tempo também, ter uma rede de condução de águas pluviais. Temos efetivamente ali zonas de grande acumulação de água. A mesma coisa se passa na Zona Industrial do Nordeste. Onde estamos a fazer um projeto que, é um projeto que seria facilmente concretizado, se nos limitássemos apenas e só a pavimentar uma estrada que está em muito mau estado, muito mau estado, reconheçamos. Mas não é isso que nós queremos para as nossas zonas industriais. E, portanto, o investimento avultadíssimo que vamos fazer é um investimento que vai procurar, dentro da medida do possível, criar um conjunto de repostas ao nível das infraestruturas que permitam que a zona industrial tenha uma estrada e um conjunto de infraestruturas que sirvam o tecido económico. Sendo possível, como é evidente. Porque também não nos interessa fazer saneamento na Zona Industrial do Nordeste se depois não temos possibilidade de fazer o encaminhamento do saneamento recolhido. Portanto, nós estamos a procurar fazer sempre, temos sempre essa preocupação de procurar criar as infraestruturas que são necessárias nas vias antes de procedermos à sua intervenção. Em relação à questão que colocou: Se estas intervenções são articuladas com as Juntas de Freguesia? Quero crer que sim. Aliás, muitas destas vias resultam precisamente de reivindicações justíssimas das próprias Juntas de Freguesia. E naturalmente que aquilo que nós fazemos é: informamos as Juntas de Freguesia das intervenções que vamos fazendo; publicitamos essas intervenções quer nas redes sociais quer na comunicação social. Procuramos, naturalmente, informar a população. Porque, muitas vezes, estas intervenções causam transtornos profundos às pessoas. E portanto, aproveito esta oportunidade para me dirigir aos oliveirenses e pedir desculpa pelos muitos transtornos que estamos a causar em várias vias, não só, em resultado da requalificação, mas também, em resultado também deste processo que nós estamos a implementar de construção de rede de água e saneamento. Portanto, temos consciência que isto é um processo penoso. E, já agora, aproveitar para referir que há, objetivamente, negócios, atividade comercial que é prejudicada por este trabalho, por estas intervenções. Pedir desculpa também a esses comerciantes que, num momento tão difícil, veem ainda os seus rendimentos agravados por estas obras que estão a ser realizadas. Mas, eu quero acreditar que, estas obras depois de realizadas, também, ajudarão a potenciar os seus negócios, ajudarão a qualificar todas estas regiões do nosso concelho. Em relação à Associação dos Socorros Mútuos: Eu pedia, depois, ao senhor vereador para dar uma explicação sobre o trabalho que foi feito entre a divisão da educação e as associações de pais. A obra, não é uma obra da

Câmara Municipal, é uma obra da Junta de Freguesia. Sei que a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis também teve uma reunião com a associação de pais. Mas a obra, é da responsabilidade da União de Freguesias, não é da responsabilidade da Câmara Municipal. A Câmara Municipal apoia a obra como apoia uma boa parte das obras que são promovidas pelas Juntas de Freguesias. Mas não tenho mais nenhuma explicação, em relação a esse rumor e a esses conflitos, eventualmente, essas divergências entre a associação de pais e o executivo da União de Freguesias. A União de Freguesias, naturalmente, de forma mais habilitada do que eu, poderá dar esses esclarecimentos. Mas, em relação ao processo de relacionamento entre a Câmara Municipal e a Associação de Pais, o Senhor Vereador poderá também dar essa explicação de seguida. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra no Senhor Vice-presidente, Rui Luzes Cabral, para prestar mais esclarecimentos. =====

===== Boa noite, a todas e a todos. O Senhor Presidente já introduziu a questão: é uma obra da Junta de Freguesia. As Associações de Pais, e bem, reivindicam obras nas escolas para a melhoria, portanto, do espaço escolar e para que as crianças sejam mais felizes e tenham uma melhor aprendizagem. E foi isso que fizemos. Neste caso, a União de Freguesias reuniu com a Câmara Municipal quando esse edifício dos Socorros Mútuos, onde temos o prolongamento, entrou em obras. Houve essa articulação. A Divisão da Educação criou as condições necessárias, obviamente com constrangimentos, no Jardim de Infância do Cruzeiro e no edifício em frente ao Jardim de Infância do Cruzeiro também para que os alunos pudessem sair para as refeições conforme faziam nos Socorros Mútuos. E obviamente que, da mesma forma que as associações de pais querem obra, muitas vezes, também sentem que quando existe obra os constrangimentos e essa ansiedade também acabam por fazer notar à Câmara Municipal quando é a dona da obra e, neste caso, quando gere estas questões da educação. E também quando a obra acontece obviamente podem surgir essas questões. Pode ter sido esse o caso. Mas a União de Freguesias, como disse o Senhor Presidente, reuniu com a Associação de Pais. Estiveram poucos pais mas, aqueles que se fizeram representar para representar todos os pais, foi-lhes explicado o que estava a ser feito. Aliás, eu próprio, no passado, reuni com esta Associação de Pais e ficou a promessa de nós fazermos obra também no Jardim de Infância do Cruzeiro. Nessa sequência, a União de Freguesias também em colaboração com a Junta de Freguesia, vai executar nos próximos tempos uma obra de ampliação do Jardim de Infância do Cruzeiro com a nossa colaboração. E isso também já foi explicado, por mim, aos pais no passado. E nesta reunião onde esteve presente a Associação de Pais e a União de Freguesias também foi explicado à Associação de Pais. Obviamente que, muitas vezes, e isto é da pouca experiência que tenho destes três anos e meio em que sou Vereador da Educação, não podemos confundir aquilo que são as orientações e aquilo que reunimos e que conversamos com as Associações de Pais, muitas vezes com um ou outro

encarregado de educação, ou com um ou outro pai, que muitas vezes também à revelia das Associações Pais mostram e bem, eles saberão justificar o porquê, também essas ansiedades e essas dificuldades. Mas, aquilo que eu quero aqui salientar, é que, quando há obras há constrangimentos. Obviamente. Mas estas obras são pedidas também pelas Associações de Pais. Neste caso, nós achamos que são obras importantes até para que o Jardim de Infância do Cruzeiro, que é limitado nas suas instalações, possa no futuro, e presumimos que a partir do próximo ano letivo, ser mais uma escola - como disse o senhor deputado Bruno Aragão - que pertença ao passado e que deixe de ser uma preocupação para aquilo que nós pretendemos para requalificação do nosso parque escolar. Obrigado. =====

*===== O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** continuou a sua intervenção. =====*

===== Continuando a dar resposta às intervenções dos senhores deputados: Tenho aqui uma intervenção do senhor Presidente de Junta - Amaro Simões: Pareceu-me quase um discurso de despedida. Fiquei preocupado. É evidente que há um conjunto de coisas que correram bem e que foram feitas. Reconhecemos também que a Zona Industrial da Costa Má/ S. Roque é uma pedra no sapato. Efetivamente temos de recuperar essa Zona Industrial. Porque é uma Zona Industrial que é importante para a freguesia de S. Roque. Muito importante para a Freguesia de S. Roque, mas é também muito importante para o próprio concelho que precisa nessa geografia do território de ter respostas de natureza industrial. E portanto, este assunto, não é um assunto que vá deixar de ser devidamente tratado e considerado, não só no instrumento de ordenamento do território, no PDM, mas é algo que também queremos ver concretizado, nem que seja por fases, porque é absolutamente determinante que essa Zona Industrial conheça a luz do dia. Lamento é que, eventualmente, não possa ser o Senhor a inaugurar essa Zona Industrial. Mas com certeza poderá participar no dia em que nós tivermos a felicidade de termos essa Zona Industrial construída em S. Roque. Em relação á intervenção da senhora deputada Helga Correia: O processo de vacinação está a decorrer com normalidade, no nosso concelho. Nós, neste momento, temos 9400 pessoas vacinadas, no concelho de Oliveira de Azeméis: 7900 pessoas com a primeira dose; 1500 pessoas com a segunda dose. Se juntarmos a este universo de pessoas os 93 bombeiros, os 144 elementos da GNR, e os 1387 professores, andaremos à volta das 11000 pessoas vacinadas. Ou seja, cerca de 15% da nossa população. Eu quero acreditar que o país vai conseguir. E era bom que todos acreditássemos e conseguíssemos, e trabalhássemos para isso, que nós até ao final do verão tivéssemos 70% da população portuguesa vacinada. É esse também o objetivo que nós temos para o nosso território. Porque, naturalmente, nós estamos a alinhados com aquilo que são os objetivos nacionais. Nós temos efetivamente uma capacidade instalada que, neste momento, até está a ser ultrapassada. É evidente que eu não lhe consigo dizer quantas inoculações nós temos por dia. Porque tivemos dias com 450, tivemos dias com 400, temos dias onde temos 300 e há dias onde seguramente teremos 500. Aquilo que importa é um número médio. E aquilo que me é dito é

que, nós temos capacidade para vacinar 500 pessoas por dia, com as quatro boxes que temos hoje e com os recursos humanos que temos, adstritos, afetos, e com os meios técnicos, naturalmente, que temos afetos a essas quatro boxes. Se isso acontecer? E se estivermos a falar em ter o Centro de Vacinação a funcionar todos os dias do mês? Nós temos condições para vacinar 15000 pessoas por mês. E teremos todas as condições para cumprir, o nosso concelho também, esse desígnio nacional dos 70% da população vacinada até ao final do verão. E, portanto, é para isso que nós estamos a trabalhar. Mas, naturalmente já foi manifestada à autoridade de saúde local e também ao senhor diretor executivo do ACES que se for necessário reforçar, em termos logísticos, a nossa capacidade de vacinação, pois vamos fazê-lo. É importante é que, depois, esse reforço seja acompanhado de recursos humanos, naturalmente da área da saúde, que são esses os mais importantes. Porque, também, a Câmara Municipal está a colaborar com a disponibilização de funcionários da autarquia, colaboradores da autarquia, que têm feito um trabalho extraordinário também no apoio à população e têm procurado transformar este serviço que prestam à comunidade como uma verdadeira missão. E, portanto, é isso que tem acontecido. E portanto, julgo que existem condições no nosso concelho para cumprirmos aquilo que está designado, em relação ao todo nacional. As IPSS, Bombeiros, GNR, profissionais de saúde. Eu julgo que, da primeira fase está tudo concluído. Há algumas dificuldades com os Bombeiros e com a GNR. E teve sobretudo a ver com o facto de que essas entidades tiveram problemas com a questão da AstraZeneca. E portanto, foi adiado, digamos assim, a conclusão do seu processo de vacinação. Eu espero que isso aconteça muito rapidamente. Aliás, é essa a expectativa que tem, não só as direções dessas corporações de Bombeiros como os próprios comandantes e, naturalmente, todo o corpo ativo dessas corporações. Temos também a possibilidade, é algo que ainda podemos ensaiar, que é o alargamento do horário de funcionamento que nos dá sempre a possibilidade de vacinarmos ainda mais oliveirenses do que aqueles que estamos a vacinar hoje. Em relação à intervenção do senhor deputado Bruno Aragão: Não tenho nenhum tipo de consideração a fazer. Também, julgo que não foi colocada nenhuma questão. Concordo em absoluto que Abril é um processo de construção permanente. E concordo em absoluto que o concelho é também um processo de construção permanente. Em relação à intervenção da senhora deputada Ana Neves: Em relação ao funcionamento da nossa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens: Eu respondo-lhe, que sim, a tudo. Sem estar a procurar particularizar um ou outro aspeto, e sem procurar estar a dizer que pode haver um ou outro aspeto que precise de ser afinado e que não esteja cem por cento operacional. Agora, não queiramos comparar as condições que a CPCJ tem hoje para as condições que a CPCJ tinha no passado. Portanto, eu acho que hoje estão em muito melhores condições de conforto. O próprio projeto, o desenho, daquele edifício, que é um edifício que foi concebido para dar uma resposta de natureza social, teve a preocupação de criar todas as condições de privacidade e de segurança para todos os utentes, não apenas para as crianças mas também para as pessoas que se deslocam para resolver questões relacionadas com a ação social. E, queremos crer, que essas condições são incomparavelmente melhores do que as

condições que existiam no apartamento alugado onde a CPCJ esteve durante tantos anos. E portanto, naturalmente que, se houver um ou outro aspeto que precise de ser limado, precise de ser corrigido; Temos a obrigação de o fazer. E portanto, vamos fazê-lo de forma a que as pessoas se sintam bem, se sintam confortáveis no espaço. Mas, sobretudo, que o espaço dê resposta adequada a quem justifica a sua existência, que são as nossas crianças. E portanto, é essa a perspetiva que nós temos. E portanto, dizer-lhe que sim, a tudo. Em relação às questões relacionadas com os recursos humanos que são necessários para o seu funcionamento: Muito honestamente, não me foi transmitida nenhuma necessidade. Não sei se foi transmitida aos serviços? Eu não tenho conhecimento dessa necessidade. Mas vou procurar apurar. E vamos procurar falar com os responsáveis para perceber se efetivamente existe necessidade de reforçar as respostas que temos na CPCJ. Que não são de todo diferentes, não houve nenhum esvaziamento da CPCJ, em relação aquilo que existia no passado e aquilo que existe hoje. Muito pelo contrário, há, sim, uma perspetiva de reforçar o papel. Acabei de dizer, antes da senhora deputada Ana Neves ~~de~~ chegar, acabei de sublinhar a importância do trabalho que a CPCJ desenvolve. E, portanto, não faria nenhum sentido que não batesse a bota com a perdigota. E portanto, se alguma coisa não estiver a funcionar como deve ser, vamos corrigir. Porque eu tive a oportunidade de dizer que é um serviço absolutamente fundamental e de enorme importância para as nossas crianças e para os nossos jovens. E acabei de referir também que, infelizmente, ainda temos muitos números trágicos a apresentar. E, portanto, essas respostas que são feitas e que são dadas por um conjunto de técnicos e por um conjunto de pessoas que diariamente trabalham, são respostas que merecem o nosso agradecimento e o nosso reconhecimento. E portanto, tudo faremos para criar as melhores condições a essas pessoas, para que elas continuem a assegurá-las às nossas crianças e jovens. E peço desculpa, sinceramente, se me esqueci de alguma coisa. Tento ser o mais objetivo possível. Mas são tantas as questões e tão diversas que eu não sei se me escapou alguma coisa. Mas, se tiver escapado, por favor digam que eu tento responder. Muito obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD. =====*

===== Era apenas um pedido de esclarecimento ainda ao Senhor Presidente da Câmara, uma vez que ele se disponibilizou a esclarecer algo mais. Eu queria dizer que na maior parte estou satisfeito, mas há aqui algumas questões que não estou completamente satisfeito e pedia se podia completar. Nós gostávamos de saber, uma vez que já estamos bastante em cima da hora de começarem as obras no Mercado: se já está escolhido o local para o mercado provisório, uma vez que não será aquele que eu pensava? E se esse local segue a linha que foi tida para o definitivo, que é a centralidade? O Mercado definitivo vai continuar no centro da cidade. E eu pergunto: se a solução provisória, por um ano ou dois, enquanto durarem as obras, se será também assim

central ou se é uma solução diferente? Depois, eu pretendi perguntar, em relação às obras nas estradas eu dei o exemplo da Rua do Mosteiro e da Estrada Nacional Nº 1, o Senhor Presidente acrescentou mais uma ou duas em que existe efetivamente o cuidado de colocar as infraestruturas antes. Mas eu questionava, se não haviam algumas onde estavam a ser feitos ramais logo a seguir à intervenção do betuminoso? Porque, parece que, temos consciência que isso está a acontecer e contraria de certa forma aquilo que o Senhor Presidente tem dito. Também, em relação à articulação com os presidentes de Junta, nem sempre - e essa é a noção que temos - tem havido essa articulação. E tem havido presidentes de junta que, por vezes, são apanhados de surpresa com as máquinas a chegarem à sua freguesia para porem alcatrão, sem saberem. Portanto, podem ser casos isolados. Mas eles acontecem. Finalmente, em relação à explicação do Jardim-de-Infância do Cruzeiro: Eu também ouvi com atenção o Senhor Vereador, em relação a isto. E compreendo a delicadeza do assunto. Mas eu não queria sequer tocar esse assunto., O relacionamento com as associações de pais, etc..., é uma questão delicada que eu compreendo e tem que ser bem tratada. Eu queria falar de outra coisa. Eu queria referir a um aspeto que acho que me tem que dar razão: Houve falta de articulação entre quem fez as obras e as pessoas que estão no terreno. É preciso, quando se começa uma obra num determinado sítio, a entidade que gere o espaço os educadores, neste caso a gestão do agrupamento tem que saber que vai haver obras para não acontecer o ridículo de chegarem as máquinas e começarem a deitar paredes abaixo e estarem lá crianças dentro. Isso é que não pode acontecer. Tem que haver essa articulação. E eu não sei se houve. Pelos dados que eu tenho, o próprio agrupamento não sabia de nada, não sabia o que é que estava a acontecer lá. Portanto, são pormenores. E era só isso. Muito obrigado.=====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos. =====

===== Dar então, de forma muito rápida, resposta às questões que foram colocadas. O local? É um local também, já informei os Senhores Vereadores no Executivo Camarário. Portanto, dos Senhores Vereadores, não há nenhum Vereador que não saiba qual é o local. O local é o Parque de estacionamento do Intermarché, em Oliveira de Azeméis, é um local central, é um local, enfim, na cidade e, portanto, de fácil acessibilidade e será lá que teremos o mercado provisório e é lá que estamos a procurar criar as condições para que o mercado provisório satisfaça comerciante e consumidores. Em relação aos ramais: Não tinha percebido a questão, peço desculpa. Efetivamente isso acontece. Acontece que, já tem acontecido uma vez ou outra que nós após uma intervenção, apesar de nós termos a preocupação prévia de notificar os operadores perguntando-lhes se têm ramais previstos para as vias que vão ser intervencionadas; Já aconteceu que nós pouco tempo de depois de termos intervencionado a via sejam abertos ramais. Mas isso são questões que nós procuramos evitar. Mas há também ramais que resultam de novos pedidos

de novas construções. E não é possível criar numa rua ramais para construções hipotéticas ou para construções que venham a acontecer no futuro. Num processo de licenciamento que está a decorrer, nós procuramos acautelar o ramal para esse processo de licenciamento. Agora, é evidente que, depois da estrada intervencionada, há quem decida construir empresas, há quem decida construir habitações. Elas posicionam-se nos terrenos e, portanto, precisam de ramais e precisam de infraestruturas para servir essas construções. E depois acontecem naturalmente os ramais a danificarem as estradas. Nós fizemos um regulamento novo de intervenção no espaço público, que estamos a obrigar os operadores a cumprir, porque nós não tínhamos nenhum instrumento que nos permitisse fazê-lo da mesma forma como estamos a fazê-lo agora. Agora, aquilo que nós procuramos fazer é todas essas dimensões serem devidamente acauteladas para que não estejamos a fazer estes investimentos e pouco tempo depois as estradas estejam outra vez cheias de ramais. Isso nota-se, até nas próprias estradas. Hoje quem anda pelo concelho vê um conjunto de valas abertas a atravessar as estradas que são precisamente esses ramais que se fazem para servir, não só, as habitações que existem, mas outros locais onde estão previstas a construção ou estão licenciadas construção de habitações. Portanto, há essa preocupação prévia. Muitas vezes acontece que, mesmo contactando os operadores, os operadores dizem que não têm pedidos e três ou quatro semanas depois aparecem os operadores a rasgarem o pavimento. E depois, claro, que alegam que o pedido foi posterior. E não podemos evitar. A lei não permite sequer que nós evitemos que essas infraestruturas não sejam disponibilizadas às pessoas. Portanto, é basicamente isto que acontece. Se efetivamente acontecem intervenções nas vias e os senhores presidente de junta não são informados. Eu peço desculpa. São coisa que fogem ao meu controlo. Mas peço, naturalmente, desculpa. E vamos procurar corrigir essa situação, no sentido de evitar que os presidentes de junta sejam surpreendidos com as intervenções na rede viária que vamos promover. Mas há sempre um esforço de publicitação prévia das intervenções, até nas redes sociais. E envia-se aos senhores presidentes de junta as vias que vão ser intervencionadas e nos dias em que esperamos que sejam intervencionadas. Como sabem, muitas vezes, o próprio empreiteiro falha com os dias que estão previstos e acaba por ir noutros dias. Isso pode acontecer. Não digo que não aconteça. Mas, naturalmente peço desculpa, quando isso acontece. E se efetivamente existe aqui alguma falha a esse nível; vamos também tentar corrigi-la para evitar que os presidentes de junta sejam surpreendidos com essas questões que não são nada agradáveis, naturalmente. =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal - Dr.ª Helena Santos**, anunciou o tempo utilizado pelos Grupos Municipais: O PS utilizou 24 minutos e 06 segundos; O PSD utilizou 41 minutos e 54 segundos, o CDS/PP não usou da palavra e o Independente também não usou da palavra. =====

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====

===== *Seguindo os trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, deu início ao Período da Ordem do Dia.* =====

=====**Ponto um: - Ata n.º 25, Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 24 fevereiro 2021 - Aprovação;** =====

===== *Presente para aprovação a ata n.º 25 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 24 de fevereiro de 2021* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Colocada à votação a ata n.º 25 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 24 de fevereiro de 2021, foi aprovada por unanimidade, não tendo participado na análise e votação deste ponto os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na Sessão a que ela respeita, por força do n.º 3, art.º 34º do Código do Procedimento Administrativo.* =====

=====**Ponto dois: - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação;** =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *É o cumprimento de um formalismo legal de darmos informação à Assembleia Municipal sobre um conjunto de compromissos plurianuais, sete compromissos que temos aqui elencados, naturalmente têm a ver com contratos de prestação de serviços que são prestados à autarquia. E damos também, como é obrigatório também, informação de índole financeira. Temos aqui informação intercalar à data de 13 de abril. E como é habitual nestas coisas, qualquer dúvida que tenham? Queiram colocá-la, por favor.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou a referida informação.* =====

=====**Ponto três: - Relatório do Ambiente Acústico, 4.^a edição, anos de 2019 e 2020 - Conhecimento;**=====

=====*Presente o Relatório do Ambiente Acústico, 4.^a edição, anos de 2019 e 2020, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.*=====

=====*A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.*=====

=====*De acordo com o artigo 9º, do nosso Regulamento Municipal do Ruído, nós temos que, de dois em dois anos, apresentar à Assembleia Municipal um relatório, um relatório sobre o estado do ambiente acústico municipal. E é isso que nós estamos aqui a fazer. É a 4.^a edição deste relatório. E aquilo que nós pretendemos é dizer-vos aquilo que tem sido feito nesta matéria. E esta matéria é uma matéria relativamente recente em Portugal. Quando olhamos para a sua inscrição nos instrumentos de planeamento e do ordenamento do território. Mas hoje os municípios já olham para estas questões nos processos de licenciamento, já olham para estas fontes de ruído ou para estas fontes de perturbação e de incomodidade e estudam-nas. E portanto, fazemos isso com as vias de tráfego intenso, fazemos isso com as unidades e as zonas industriais, fazemos isso com as pedreiras, fazemos isso com um conjunto de equipamentos que podem perturbar o funcionamento normal e afetar a vida das pessoas. E, mesmo hoje, os instrumentos de ordenamento já procuram disciplinar aquilo que é o licenciamento de construção de hospitais, de escolas, de um conjunto de equipamentos de natureza pública procurando protegê-los dessas fontes de ruído, dessas fontes de perturbação. E portanto, nós temos esse instrumento de Regulamento Municipal do Ruído. Um instrumento que, no caso concreto de Oliveira de Azeméis, nós, basicamente, os pedidos que temos são licenças especiais de ruído e têm a ver com festividades de natureza religiosa. Mas temos também outros processos alvo de denúncia de pessoas que se sentem afetadas, incomodadas, com fontes de ruído que perturbam a sua qualidade de vida e o seu bem-estar. E portanto, este é um instrumento que, basicamente, vos informa daquilo que foi a atividade da Autarquia, do Município de Oliveira de Azeméis, nos anos de 2019 e 2020, em relação a esta matéria do ruído.*=====

=====*Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.*=====

=====*A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou o referido relatório.*=====

=====**Ponto quatro: - Minuta de Contrato Interadministrativo de apoio financeiro com a Freguesia de Fajões (I/18373/2021) - Autorização;**=====

=====*Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º1 e alínea a) e i) do n.º 2 do artigo 7.º e na alínea a) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; - Que as Autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - O teor do ofício da Junta de Freguesia de Fajões (E/7956/2021), em que solicita apoio financeiro para a realização de obras de requalificação do centro Cívico (2.ª fase), e construção do Edifício das Coletividades, no valor total de 95.000,00€ (noventa e cinco mil euros), correspondendo a cinquenta por cento do valor total, conforme projeto apresentado; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação atual; - A designação do Eng.º Rogério Ribeiro como Gestor do Contrato; Ao abrigo dos artigos 2 e 4, n.º 1, e alíneas a), e), e m) do n.º 2 do art.º 23º; alínea j), do n.º 1, do art.º 25º e alínea o) do n.º 1 do art.º 33º do anexo I, da citada Lei n.º 75/2013, e posteriores alterações, conjugado com os Artºs 1º-A, n.º 1, alínea c) do n.º 4, do art.º 5º, 5º-B, 278º, 290º-A, e 338º do CCP, e ainda nos termos do n.º 3, do art.º 2º, 3º a 9º, e 200º do CPA. Propõe-se: - A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com Freguesia de Fajões (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), que tem por objeto o apoio financeiro para a realização de obras de requalificação do Centro Cívico (2.ª fase), e construção do Edifício das Coletividades, com o compromisso de fundo disponível n.º 685 de 2021, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; - Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas.”* =====

=====*A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

=====*A proposta é esclarecedora. É mais um contrato interadministrativo, desta vez para um apoio financeiro de noventa e cinco mil euros (95.000,00€), para a construção do Centro Cívico, 2ª-Fase do Centro Cívico de Fajões e também de uma Casa das Coletividades. E portanto, resta-me sublinhar o trabalho extraordinário que tem sido feito pelas nossas juntas de freguesia na promoção do desenvolvimento do território. Já hoje tivemos aqui a oportunidade de invocar o 25 de Abril e de invocar também a importância da preservação deste papel que as juntas de freguesia desempenham e muitas vezes com poucos recursos e limitações da mais variada ordem. Mas, o que é um facto é que, mesmo com todas essas limitações, as nossas juntas de freguesia conseguem apresentar um conjunto de projetos que são muito importantes para a sua população e merecem naturalmente o nosso apoio e o nosso acolhimento. Parabéns à Junta de Freguesia de*

Fajões e ao seu executivo, naturalmente. E esperamos que esta resposta: É um Centro Cívico. É muito importante que nós tenhamos Centros Cívicos nas freguesias; Seja mais um apontamento de centralidade na freguesia que permita que as pessoas desfrutem desse equipamento, tenham acesso a iniciativas de natureza cultural. E isso ajuda naturalmente a criar nesses espaços de reunião e convívio laços entre a comunidade. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Bruno Aragão, Fernando Pais, Óscar Teixeira e Florbela Silva. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

===== Antes de mais, Senhor Presidente, congratular-me com o investimento que é feito em Fajões - de que muito me orgulho. Dar os meus parabéns ao Senhor Presidente da Junta. Mas, queria fazer aqui alguma reflexão: Nós recebemos um mandato. E o mandato que nós recebemos é de todos os oliveirenses. Evidentemente que eu fico muito mais satisfeito se o investimento for feito em Fajões, porque é a minha terra e a terra que me viu nascer, do que propriamente numa outra das freguesias deste concelho. Mas, o mandato que nós recebemos, todos nós, é um mandato dos oliveirenses em geral e não podemos deixar de fazer uma reflexão sobre este aspeto. Eu já pedi. Eu ouvi com atenção a intervenção do colega Bruno Aragão, em que diz que se assistiu neste mandato a um desenvolvimento harmónico, coerente e igualitário, em relação às freguesias deste concelho. Como o Senhor Presidente sabe, eu não tenho os elementos que se calhar o Bruno Aragão tem. Mas já lhe pedi. O Senhor Presidente já me respondeu. E já lhe pedi que me fornecesse o investimento por freguesia quer, através, dos protocolos de colaboração ou dos contratos interadministrativos quer dos investimentos feitos nessa freguesia. O Senhor Presidente respondeu-me no mesmo dia e com uma celeridade muito grande, dizendo que, estava dependente de alguns serviços camarários e que não tinha essa informação disponibilizada. Portanto, Senhor Presidente, eu quero que, de facto, o crescimento do concelho. E esta é a minha razão, que seja um crescimento harmónico, coordenado, equilibrado, para evitar assimetrias. Eu fico a aguardar então o envio desses elementos. Peço que não se esqueça de mos enviar. Para depois todos nós fazermos uma reflexão sobre isso. Antes de mais e, relativamente, quer aos pontos que vêm a seguir, evidentemente a bancada do PSD congratula-se com o investimento que está a ser feito. Portanto, nós, só temos que nos congratular. E mais nada do que isso. A minha preocupação é exatamente essa. E, então, reservar-me-ei para depois apreciar os elementos que Vossa Excelência me há de fornecer. Muito obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

===== *É só um esclarecimento, que eu acho politicamente importante, porque na última assembleia municipal aconteceu também um pouco isso. Portanto, há algum esforço de criar a ideia de que há um tratamento desigual para as freguesias. Na última assembleia foi com o exemplo de Cucujães. E nesta assembleia, enfim, há algum esforço de insistir nessa ideia. Eu não tenho informação especial. Aliás, se há coisas que também mudaram nisso, é a informação que ocorre para todos por igual. Vou cingir-me apenas às ordens de trabalho desta assembleia e da última: Última: Minuta de contrato interadministrativo com S. Martinho da Gândara; Contrato interadministrativo com Carregosa; Contrato interadministrativo com Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail; Contrato interadministrativo com a Freguesia de Fajões; Contrato interadministrativo com a Freguesia de Loureiro; Contrato interadministrativo com a Freguesia de Macieira de Sarnes; Contrato interadministrativo com a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo. E com a Convocatório para a Assembleia de hoje: Contrato interadministrativo com a Freguesia de Fajões, com a Freguesia de Carregosa. Isto só para lhe dar as duas últimas assembleias, esta e a outra. Portanto, posso-lhe enviar isso tudo. Não tenho na ordem de trabalhos. Mas se o senhor deputado fizer questão, eu envio-lhe essa informação que, aliás, o senhor tem também em todos os documentos que recebe. Não. Desculpe. Em todos os documentos que recebe, tal como eu. Eu limitei-me a ler os contratos interadministrativos que estão nestas ordens de trabalho. Não deve ficar, com isso, incomodado. Li, desta e da última assembleia. Todos os documentos de suporte foram enviados para o senhor deputado no mesmo dia e à mesma hora que eu recebi ou que qualquer membro desta assembleia recebeu. Posso-lhe, se quiser, por simpatia e cortesia, fazer o resumo de todos os protocolos que fizemos, com todas as freguesias, neste mandato. Mas o senhor também tem essa informação. Mas, eu envio-lha resumida, se entender que isso facilita. O que é que é relevante aqui? É que de facto há alguma tentativa, que eu até percebo. Porque, enfim, como disse o deputado Carlos Costa Gomes, estamos em período pré-campanha eleitoral. Pelo menos ele assim anunciou ou caracterizou. Eu até percebo algumas destas dinâmicas. Mantenho o que sempre disse: rigor nestas informações é absolutamente fundamental. E, portanto, tal como fiz em todas as assembleias e desde o início deste mandato ou noutros, sempre que entender, legitimamente, e espero que no espírito de Abril o compreendam, achar que uma informação é errada; Pois, devo vir corrigi-la e apresentar, se assim o pede, toda a informação que suporta a minha intervenção. Só uma coisa que eu não vou voltar a fazer nestas assembleias, fica também aqui o meu compromisso porque percebi que em alguns momentos gerou algum desconforto. Não lhe vou citar, mas tenho também a propósito disso, nenhuma afirmação do senhor deputado Fernando Pais em assembleias de outros tempos em que fala precisamente do tratamento desigual para as juntas de freguesia. Mas, se se recordar ou se tiver alguma curiosidade, talvez a encontre. Obrigado. =====*

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== Senhor deputado, o que é realmente importante é que nós, através dos instrumentos que temos ao dispor, tenhamos a capacidade de promover a coesão do território e de criar condições de equidade para as pessoas. Essa é a nossa preocupação central. Eu respondi-lhe imediatamente. Logo que recebi o seu email, respondi-lhe de imediato. Não demorou sequer horas, foi imediatamente, respondi-lhe imediatamente. Esse trabalho está a ser feito. E se quiser que eu lhe diga grosseiramente quais foram os apoios quer através de subsídios, quer através de PPI, eu posso-lhe dizer que, em 2018, foram pouco mais de dois milhões de euros, em 2019, à volta de dois milhões de euros, em 2020, quatro vírgula quatro milhões de euros. Agora, é evidente que, nós, temos que perceber que a resposta a uma questão: todas as juntas recebem da mesma maneira? Claro que não. É evidente que não. É completamente impensável. Repare: a Junta de Freguesia de Fajões, neste momento, tem um investimento de dois milhões de euros, numa escola. Nós não vamos ter investimentos em escolas de dois milhões de euros em todas as freguesias do concelho. Agora, nem sequer ... sei lá: O que está a acontecer em Cucujães. Ou as três vias que estão a ser feitas em Loureiro, que são quinhentos e cinquenta mil euros. É evidente que há freguesias que não vão ter esse nível de investimento. Mas não é isso que releva, não é isso que é importante. O que é importante é que os investimentos que nós façamos sejam feitos com toda a seriedade e com base nesta premissa de procurar tratar da mesma forma todos os munícipes e tratar da mesma forma todas as freguesias, animados deste espírito de promoção de um desenvolvimento coeso e uniforme de todo o território. Senhor deputado, nós temos a candidatura do saneamento de Fajões aprovada, dois vírgula trinta e sete milhões de euros e vamos fazer mais um milhão de euros de água. Estamos a falar de três vírgula quatro milhões de euros que vão ser investidos muito rapidamente na Freguesia de Fajões e também em Madaíl. É evidente que, nós onde estamos a fazer saneamento temos um investimento substancial. Vai acontecer também no Pinheiro da Bemposta, onde vamos fazer um investimento brutal. Só numa ETAR são quase um milhão de euros. Mas é evidente que, nas freguesias que não vão ter esse investimento, essas freguesias não têm o mesmo nível de investimento. Mas procuramos naturalmente criar outras respostas. Aquilo que é importante é que, se a freguesia a) ou a freguesia b) tem necessidades profundas, ao nível da requalificação da rede viária; Pois bem, nós temos de procurar satisfazer essas respostas. Se há necessidades profundas ao nível do parque escolar da rede escolar; Há freguesias, felizmente, que têm as escolas em boas condições. Há outras que estão em piores condições. Pois bem, temos que direccionar para lá os investimentos. É importante é que nós sejamos honestos, íntegros e justos. Isto é absolutamente fundamental. E, julgo, senhor deputado, percebo e tem toda a legitimidade para fazer esse pedido e essa resposta a esse pedido vai-lhe ser dada. Mas garanto-lhe que, aquilo que presidiu sempre às decisões de apoiar as diferentes freguesias foi o respeito que os presidentes de junta e as populações que servem nos merecem. E

vai ser sempre essa a premissa enquanto eu for presidente de câmara e até ao final deste mandato. Em relação a esta questão. Eu julgo que ela está respondida. Mas, reconheço que esse trabalho - eu julgo que foi na última assembleia que o senhor deputado pediu - é um trabalho que não é nada fácil. Eu depois terei oportunidade de lhe mostrar alguma coisa que já está feita, que tenho aqui comigo, para perceber a dimensão. Isso pode parecer uma coisa simples. A não ser que nós queiramos fazer uma coisa que é, basicamente, olharmos para as empreitadas, distribuir as vias e esquecer tudo aquilo que foi feito por administração direta que é substancial e que é relevante. E portanto, queremos ser justos e corretos na informação que damos. E esse trabalho está a ser feito pelos serviços. Logo que esteja disponível, naturalmente que o faço chegar. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

===== Para que fique a constar, relativamente aos protocolos aprovados na última assembleia e nesta que vão ser aprovados: S. Martinho da Gândara teve 1.500,00€; Carregosa, 17.500,00€; Madail, 35.000,00€; Fajões, 40.193,24€; Loureiro, 30.000,00€; Macieira de sarnes, 35.000,00€; Nogueira/ Pindelo, 20.712,00€. E nesta: Fajões, 95.000,00€; Carregosa, vai ser aprovado agora, 13.610,49€; Depois há aqui um apoio: 28.811,00€, quanto à questão da candidatura ao PDR2020. Portanto, eu só queria dar essa indicação de que, de facto, os apoios, embora tenham feito contratos interadministrativos, não são iguais para toda a gente. Muito obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor **Óscar Teixeira** - Presidente da Junta de Freguesia de Fajões. =====*

===== Boa noite. Sintam-se todos cumprimentados no cumprimento que faço à nossa Presidente da Assembleia, doutora Helena Santos. Cumprimentar, em especial, o meu colega Presidente de Junta de Cesar, por nos receber cá hoje e com isso cumprimentar todos os cesarenses e oliveirenses. Relativamente a este ponto.... Relativamente ao ponto que o senhor Fernando Pais apresentou, relativamente à diferença de valores: Essa diferença depende sempre da intenção que temos de investir. Claro que, nós, numa obra de 200.000,00€, gostaríamos de ter um apoio de 70% ou 80%. E isso foi sempre limitado pela Câmara Municipal. A Câmara Municipal está a dar um apoio de 50%. E se percorrer todas essas verbas que apresentou vai deparar-se com essa percentagem de apoio, independentemente da freguesia que a essa verba concorrer. Se uma obra é de 200.000,00€, aqui temos 95.000,00€ de apoio. E assim sucessivamente. Os meus colegas de certeza que estão de acordo comigo, independentemente do partido ou da carga política que seja colocada nestes aspetos. O apoio a nível percentual é equivalente para todos, nenhum deles ultrapassa este princípio. Não tem ultrapassado, pela

análise que eu faço e que fiz até hoje. E estendo aqui um agradecimento especial à Câmara Municipal, pelo apoio que tem dado. A nível de infraestruturas, claro que, Fajões merece, não só Fajões, como certamente outras freguesias que também não têm. Se o investimento está a ser feito e será feito a nível de água e saneamento na freguesia, é porque outras freguesias já o tiveram. Chegou a nossa vez. Se calhar, estamos no final da fila. Mas chegou finalmente a vez de Fajões. Certamente chegará a vez das outras freguesias que ainda falta. É um caminho a percorrer, que está a ser percorrido e que está a ser bem percorrido. A Câmara Municipal tem tido esse princípio, tem ajudado todas as freguesias por igual. É o meu ponto de vista. Discordo totalmente daquilo que foi dito em termos de diferenças de apoio. Isso depende sempre da obra que a junta de freguesia se propõe a fazer e da disponibilidade da junta de freguesia para encarar essas obras. Muito obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====

===== Agradeço ao senhor deputado Fernando Pais ter referido aqui os valores que, evidentemente, tínhamos aprovado na última assembleia municipal e, portanto, eram do nosso conhecimento. E dizer-lhe que, de facto, estamos mesmo em pré-campanha. Porque, desafio-vos a ver o tipo de intervenções que faziam sobre a forma como o Partido Socialista olhava para as juntas de freguesia há pouco mais de um ano. O que é diziam. O que é que insistiam. Qual era a mensagem que tentavam passar. A mensagem era simples: Não olhamos para as juntas. Não se investe nas juntas. As juntas não contam. Qual é agora, quando têm até o relato das próprias pessoas quando andam no terreno e sentem o que as pessoas dizem? Qual é a tentativa? Bom, não podemos dizer para não se fazer aquela estrada. Não podemos dizer que aquilo que está feito foi mau porque, evidentemente, as pessoas não tolerariam isso. Então, resta-nos uma coisa: Vamos tentar dividir para reinar. É uma tática antiquíssima. É antiquíssima. Então, o que é que fazemos? Numa assembleia, dizer: Senhor Presidente, o senhor dá mais a Cucujães do que dá às outras Juntas. Está errado. Por acaso Cucujães é uma Junta que tem um presidente eleito pelo Partido Socialista. Isso é errado. Não quero dizer isso, mas é errado. Outra assembleia: Senhor Presidente, o senhor não olha para as juntas da mesma forma. O senhor: é errado fazer isso. O senhor: não é igual o apoio que o senhor dá. Quando nós dizemos assim: Então, vamos lá a ver: Apoiamos as juntas todas com as mesmas regras ou não? Investe-se nas juntas todas da mesma forma ou não? Então, o que é que fazemos? Vimos cá, dizemos os números e ignoramos tudo o resto: Que obras são; Qual é a participação da Câmara Municipal e das juntas de freguesia; Qual é a capacidade dessas freguesias; Se outras obras já foram feitas; Se outras obras estão previstas. É de facto dividir para reinar. Há uma coisa, e aí peço-vos a todos, enfim, faz parte do clima de pré-campanha, temos que compreender, mas há uma coisa que mesmo com o espírito de Abril nunca devemos esquecer: De facto, de facto, o tratamento entre a Câmara Municipal e as

Juntas de Freguesia mudou. E isto não é conversa. Basta falar com muitos presidentes de junta dos últimos anos e eles relatar-vos-ão o que foram esses momentos difíceis. E dou-vos só, caso não tenham acompanhado ou tenham esquecido, o que foi uma famosa “via verde” de que já ninguém fala e ninguém se lembra e, seguramente, como é que essa “via verde” foi gerida e por quem. E penso que mais não preciso de dizer. Muito obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos. =====*

===== Eu vou ser muito breve. Acho que não devo contribuir para alimentar este tipo de conversa. Porque, efetivamente, não existe, não é isso que a prática demonstra. O senhor deputado começou por dizer que fica muito satisfeito por o investimento ser feito na Freguesia de Fajões, que é a sua freguesia. Eu não fico satisfeito por investimento ser feito na Freguesia de Fajões ou noutra freguesia qualquer, eu fico satisfeito pelo investimento ser feito no território. É essa a nossa leitura. E é isso que releva a nossa ação. E é isso que nós queremos continuar a fazer. Repare: nós não devemos ... porque é assim: Todos os presidentes de junta merecem o mesmo respeito. E portanto, eu poderia dizer que, num dado momento, a Junta de Freguesia de Cucujães, pois, tem lá o Posto de GNR de Cucujães e tem o Anfiteatro, que está abandonado há muito tempo, e tem uma rua em paralelo que é absolutamente estratégica para o concelho, que está há muito tempo para ser requalificada, e tem a Escola Ferreira da Silva, que toda a comunidade educativa reivindicava aquela obras, a Junta de Freguesia de Cucujães está a ser especialmente beneficiada em relação a outra junta de freguesia qualquer. Bem, isso não faz sentido rigorosamente nenhum. Tomáramos nós que a Junta de Freguesia de Cesar, onde nos encontramos, seja beneficiada muito rapidamente com um novo Posto da GNR. Não temos nenhuma dúvida, em relação a isso. E se houvesse a possibilidade de termos um grande hospital em Oliveira de Azeméis; Que venha, seja para que freguesia for. O que importa é que a resposta seja construída no concelho de Oliveira de Azeméis para servir a população do concelho e as populações também dos concelhos vizinhos. Portanto, não é essa a lógica. Nunca foi essa a lógica. Nós tentamos ser justos na análise e tentamos ser corretos nos apoios que prestamos. Vou-lhe dar um exemplo. Para perceber que é assim: Os dois apoios que nós fizemos a 100%, foram precisamente para a Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes e para a Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo/Pindelo, para obras nas escolas. Acha que há algum racional aqui de procurar Se a Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo/ Pindelo ou a Junta de Freguesia do Pinheiro da bemposta/Palmaz/Travanca ou a Junta de Fajões nos desafiarem; Pois, eu gosto é desse tipo de presidentes de junta. Infelizmente temos presidentes de junta que estão permanentemente insatisfeitos. Isto é, obviamente, no bom sentido. E portanto, isto é um desafio para nós também termos capacidade para construir respostas para acompanhar os projetos. Eles estão sempre em efervescência. Estão sempre com dinâmicas muito fortes nas suas freguesias.

Ainda bem que assim é. Sabem porquê? Porque ajuda muito, muito mesmo, a tarefa da Câmara Municipal que procura, sobretudo, criar respostas de natureza financeira porque temos presidentes de junta que têm capacidade para pensar os seus territórios e apresentar projetos desafiantes à Câmara Municipal. E tem sido apenas e só essa a realidade. E portanto, senhor deputado, com todo o respeito, não queria aqui entrar nessa lógica de ponderação ou de favorecimento de uma junta em relação a outra. Porque, digo-lhe, olhos nos olhos, com toda a honestidade e com toda a frontalidade que, no dia em que eu deliberadamente prejudicar alguma junta de freguesia, vou-me embora. É tão simples quanto isso. Nesse dia, vou-me embora. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Senhora **Florbela Silva** - Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes. =====*

===== Muito boa tarde Senhora Presidente, na sua pessoa cumprimento todas as pessoas. Depois de tudo o que foi exposto, venho aqui dizer que não estou em pré-campanha, venho cá porque fui eleita pelos macieirenses e, nesse sentido, venho defender Macieira de Sarnes. Macieira de Sarnes, conseguiu fazer dois contratos de delegação de competências no valor de 40.000,00€, durante este mandato. Sendo que, 35.000,00€ foi para a obra da Quinta do Miranda e mais algum material para os muros e passeios que estamos a fazer agora na Estrada Nacional 327. Sendo que, o material nem sempre veio em tempo útil. Tendo os empreiteiros e o pessoal à espera que o material chegasse. O que causa, como devem compreender, alguns constrangimentos. Em relação à Quinta do Miranda, sinceramente, Senhor Presidente, e desculpe - mas eu tenho muitas dúvidas e reservas que essa obra se inicie ainda este mandato. Ora, porque as Infraestruturas de Portugal ainda não se pronunciaram - pelo conhecimento que eu tenho - sobre o licenciamento dessa obra, bem como, a Direção Regional da Cultura. Posto isto, ouvi dizer há bocadinho - E creio que não estou a cometer nenhum erro - que iam iniciar obras na escola básica de Macieira de Sarnes. Disse-o agora. Sim. E é com muito agrado que eu ouvi essa notícia. É que, se assim for, seria muito bom. Porque a nossa escola - o senhor deputado Bruno Aragão há um bocadinho atrás também não mencionou - mas a nossa escola também precisa de obras. A nossa freguesia, por norma, não mencionam. Era só isto. Muito obrigada. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos. =====*

===== Vou-me repetir. Acho que esta conversa não é saudável. Muito sinceramente, acho que não é saudável. Eu não vou aqui sequer abordar o problema do dossier Quinta do Miranda, para percebermos o que é que estava previsto e o que é que vai ser feito. Nem sequer me atrevo a falar sobre aquilo que estava previsto fazer e sobre a forma como ia ser feito. O que é importante, para mim, é que essa obra seja feita. E eu vou fazer tudo o que estiver ao meu alcance para que

essa obra seja feita neste mandato. É evidente que, gostaria de puder pressionar mais as Infraestruturas de Portugal. Sabe qual foi a vicissitude que aconteceu, infelizmente, com essa autorização que tinha sido dada e que entretanto caducou. Mas vamos procurar ultrapassar essa questão. Senhora presidente, repare: nós não devemos chegar aqui e dizer que foram feitos dois protocolos com a Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes ou de outra freguesia qualquer, procurando dar a entender que esses foram os únicos investimentos que foram feitos em Macieira de Sarnes. Em Macieira de Sarnes, foram feitos muitos investimentos. E espero ter oportunidade de ajudar a concretizar muitos mais. Aliás, a senhora lançou-me agora um desafio, muito recentemente, muito interessante. Já estivemos no local. Pena tenho que ainda não tenha sido feito o levantamento topográfico para que se consiga falar com os proprietários e, eventualmente, conseguirmos da parte destes a generosidade da cedência dos terrenos, para fazermos uma via que, ambos estamos de acordo, é muito importante para aquela freguesia. E portanto, tudo farei para ajudar a concretizar esse investimento que é importante. E portanto, esse desafio é um desafio estimulante. Como outros que tenho recebido. Eu julgo que não falei. Mas, se falei, peço desculpa. Mas também não tem problema nenhum. Porque eu reconheço que a escola de Macieira de Sarnes precisa de obras. E a escola de Macieira de Sarnes vai ter obras. Aliás, é uma das escolas que tem várias fragilidades. E portanto, eu nunca escondi a realidade do nosso parque escolar. Agora, também nunca deixei de vos dizer, com toda a frontalidade, e sem qualquer tipo de receio, que, nós temos que definir prioridades. Efetivamente temos várias escolas no concelho em muito pior estado, onde chove no seu interior, onde não há o mínimo de condições ou não existem condições dignas, e até nalguns casos de segurança, para as próprias crianças. E portanto, estamos a fazer esse trabalho. A escola de Macieira de Sarnes, pode ter a certeza que vai ser intervencionada. Não vai ser intervencionada da forma como habitualmente nós intervencionávamos o parque escolar que era com, uma obra de cosmética, uma pintura ou uma coisa qualquer. Não. É olhar para as patologias, para o universo dos problemas e, enfim, progressivamente prepararmos as nossas escolas para vários anos. É esse o trabalho que está a ser feito. Se calhar, com o mesmo desprendimento, intervimos na EB 1 de Pindelo, intervimos, e vamos continuar a intervir na Maria Godinho. E estamos a reformular, completamente, o Jardim-de-Infância de Pinhão, que tinha condições absolutamente lamentáveis, para não dizer, condições vergonhosas. E são três escolas localizadas na mesma União de Freguesias. Mas efetivamente era uma necessidade. Aquela União de Freguesias estava tremendamente mal servida no seu parque escolar. E continua a ter ainda um outro aspeto que tem que ser corrigido, nomeadamente ao nível das caixilharias e de outras respostas que é preciso construir. E portanto, procurar, sobretudo, concentrar-nos naquilo que ainda falta fazer. E vamos procurar que, daqui a uns tempos, quando todos estivermos a falar sobre Macieira de Sarnes ou sobre outra freguesia qualquer, termos a escola de Macieira de Sarnes completamente requalificada, com excelentes condições. Porque é isso que permite fixar as pessoas. É isso que ajuda a que as pessoas se

interessem pelos territórios. E portanto, temos consciência disso. E vamos continuar a trabalhar nesse sentido. =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número quatro à votação tendo sido **deliberado por unanimidade autorizar a celebração da minuta do Contrato Interadministrativo de apoio financeiro com Freguesia de Fajões, que tem por objeto o apoio financeiro para a realização de obras de requalificação do Centro Cívico (2.ª fase), e construção do Edifício das Coletividades.*** =====

===== **Ponto cinco: - Minuta de Contrato Interadministrativo de Apoio financeiro a celebrar com a Freguesia de Carregosa (I/20984/2021) - Autorização;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º1 e alínea a) e i) do n.º 2 do artigo 7.º e na alínea a) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; - Que as Autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - O teor do e-mail da Junta de Freguesia de Carregosa (E/10385/2021), em que solicita apoio financeiro para a realização de obras de restauro interior da Casa Vasques, para albergar o Museu D` Artes e Ofícios de Carregosa, obras a realizar no valor total de 13.610,49 € (treze mil, seiscentos e dez euros e quarenta nove cêntimos); - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 18/2008 de 09 de janeiro, na redação atual; - A designação do Eng.º Rogério Ribeiro, como Gestor do Contrato; Ao abrigo dos artigos 2 e 4, n.º 1, e alíneas a), e), e m) do n.º 2 do art.º 23º; alínea j), do n.º 1, do art.º 25º e alínea o) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I, da citada Lei nº 75/2013, e posteriores alterações, conjugado com os Artºs 1º-A, nº 1, alínea c) do nº 4, do art.º 5º, 5º-B, 278º, 290º-A, e 338º do CCP, e ainda nos termos do nº 3, do art.º 2º, 3º a 9º, e 200º do CPA. Propõe-se: - A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com Freguesia de Carregosa (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.), com o compromisso de fundo disponível número 748/2021, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; - Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *É um contrato interadministrativo para um apoio à criação do Museu D` Artes e Ofícios na Casa Vasques, em Carregosa. A junta de freguesia está a fazer uma requalificação muito, muito, interessante. Está a transferir para aquele edifício muita dignidade. Aquele edifício precisava desse investimento. E vamos ter ali um espaço muito, muito, interessante que é uma mais-valia em termos de oferta cultural para a Freguesia de Carregosa. Parabéns também ao executivo da Junta de Freguesia de Carregosa por ter tido a coragem de olhar para aquele edifício e não deixar que ele se continuasse a degradar. Fizeram uma intervenção muito interessante, numa parte do edifício. Fizeram o arranjo exterior também muito interessante. E agora estão a requalificar aquilo que falta do edifício, com uma resposta de natureza cultural que, nós todos, gostaríamos muito que se estendesse a outras freguesias. E cá estamos, dentro da medida das nossas possibilidades para as apoiar. São 5.500,00€ e não os 13.610,00€ que o senhor deputado Fernando Pais referiu.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Helena Moreira.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Senhora **Helena Moreira** - Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa.* =====

===== *Boa tarde, a todos. Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, cumprimento especial ao Senhor Augusto, comunicação social. Falamos em Abril. Falamos em estar ao serviço. A mim custa-me ouvir aqui algumas coisas. Parece que aqui está alguém a tentar servir-se. Eu não vinha preparada para falar nada. Portanto, isto saiu-me agora há bocadinho. Porque custa-me estarmos aqui a medir forças, custa-me estarmos aqui a medir entre freguesias. Isto depende muito também da coragem, da capacidade, da criatividade e do empenho de cada um. E das necessidades que cada um vê que o seu território tem/merece, as potencialidades e também do conjunto das pessoas que tem à sua volta e do impulso que nos vão dando. Como todos sabem, eu não sou candidata, eu sou uma pessoa completamente inexperiente, caí aqui de paraquedas. Tenho-me esforçado por, com a equipa que tenho, com as limitações que temos, por fazer o melhor que podemos para valorizar Carregosa, a memória do povo de Carregosa e muito especialmente do nordeste do concelho. Aquilo que mais me tem motivado é o empenho que eu tenho visto, independentemente das cores políticas, é o nosso concelho a voltar a sentir-se, a ouvir-se. Eu era para trazer um livro que tenho lá em casa que, no próximo momento vou trazer - Não tive tempo, porque eu não tenho tempo para isto - Gosto disto, mas não tenho tempo para isto. É o meu problema - que fala na Alma da Gente. A Alma da Gente. Eu vou fazer aqui uma confissão. A seguir de certeza que me vão cair em cima. Eu quando fui estudar para Coimbra, eu não dizia que era de Oliveira de Azeméis, eu dizia que era de S. João da Madeira, da cidade do trabalho, uma cidade que era*

conhecida. Porque Oliveira de Azeméis há muito tempo parou, há muito tempo parou. E custa-me ouvir isto de que, damos x a Fajões, damos y a Cucujães, damos não sei quanto a Custou-me mais ouvir, Senhor Presidente, que vai fazer o saneamento em Fajões e que ainda não está a pensar fazer em Carregosa. Mas eu sou crente e digo aos meus fregueses: a seguir a Fajões vem para Carregosa. Porque tem que passar por Carregosa. Eu acredito nisto. Sou crente. Nesse livro da Alma da Gente, vê-se coisa tão simples como, as motas antigas, as mulheres com os bigodes, os lenços na cabeça, umas casas com os colmos, coisas que se calhar nós tivemos, coisas que nós olhamos. E às vezes eu acho graça, porque faço isso em casa, dizendo: que parolagem; parolita. Mas é a nossa alma. São as nossas memórias. E o que mais me emociona nesta situação do Museu foi que a primeira vez, que, e por culpa ali do Senhor Vereador Rui Luzes, porque não me arranjou um bocadinho do Mercado à Moda Antiga para eu lá levar o meu povo. O que mais me comove nesta situação do Museu é que, eu arrebanhei meia dúzia de pessoas: Uns levaram uma santa talhada por um artífice da terra, um pintor, que por acaso é só o Zé Pedro Santos que agora até vai expor em Oliveira de Azeméis, está neste momento, às 16 horas de hoje iniciou uma exposição em Freixo de Espada à Cinta com uma das suas obras, que é um artista de mão cheia. E existem muitos outros que nós temos vindo a descobrir. E o que achei engraçado, para dar seguimento ao que estava a dizer, quando nós fomos ao Mercado à Moda Antiga, arrebanhei este punhado de gente e levei um bocadinho daquilo que se costuma fazer ou do que melhor tem em Carregosa. Na minha ótica. Porque não disse a ninguém o porquê. Vamos. É à Moda Antiga. E quando se falou em criar um Museu, quem está a liderar o projeto é o dr. Maximino Tavares, ele diz-me assim: Carregosa é conhecido por a terra dos artistas, é terra onde se faz tudo. Onde, se querem alguma coisa. Vamos a Carregosa. Mas se falarem com os miúdos, com os mais novos, ninguém percebe nada disso. Ninguém sabe nada disso. Percebem? Perdeu-se. Nós se queremos ser valorizados, conhecidos. Devemos valorizar a nossa memória. Valorizar o nosso território. E é isto que se tem estado a fazer nestes últimos tempos. Eu tenho plena consciência da minha provocação quando na revista Vita me perguntaram - a pergunta: O que é que acha da cidade - da cidade de Oliveira de Azeméis? Uma cidade sem emoção. Sem vida. Eu trabalho lá. Eu, se não gostasse de Oliveira de Azeméis, não tinha comprado escritório em Oliveira de Azeméis. Ia trabalhar para S. João da Madeira. Eu nasci em Carregosa. Eu nasci em Carregosa. Ainda lá está de pé a casa onde eu nasci. Vivo em Carregosa. Tenho escritório em Carregosa. Tenho escritório em Oliveira de Azeméis. E a minha vida é ali. Mas é assim, eu tenho plena consciência das limitações, dos constrangimentos de Oliveira de Azeméis. Acessibilidades. É um tormento. Eu vou de autoestrada para Oliveira de Azeméis e venho de autoestrada. Isto é fantástico. Pelo preço de um café, prefiro ir pela autoestrada. Isto não parece normal. Eu em 5 minutos estou em Oliveira de Azeméis pela autoestrada. Isto foi um desabafo. É um aparte. Porque todos estamos aqui ao serviço. Porque todos queremos o maior valor de apoio possível. Porque é verdade. Todos nós queremos levar o mais possível para as nossas terras, é por isso que nós estamos aqui. Nós estamos aqui pelo nosso território, pela nossa gente. Eu pelo menos estou. Carregosa recebeu apoio em dezembro; Apoio para aquisição de uma entrada para o Parque

Verde. Eu queria focar isto. Eu queria focar isto. Carregosa, entretanto, também já recebeu apoio para a primeira fase do alargamento do cemitério da freguesia. Carregosa está a ver agora concedido o apoio para realizar obras de restauro na Casa Vasques, para albergar o Museu D`Artes e Ofícios de Carregosa. Mas Carregosa ainda tem a expectativa de ver aprovado o protocolo de colaboração para a beneficiação da Casa Mortuária, ou seja, aquilo que nós consideramos a terceira fase, porque a segunda fase do alargamento do cemitério é algo que compete à Junta porque tem a ver com as acovatas e as capelas, portanto, é algo que é investimento da própria freguesia. Portanto, beneficiação da Casa Mortuária e ajardinado adjacente ao cemitério. Tem ainda a expectativa de ver aprovado o protocolo de colaboração com as obras de construção do Parque Verde - Carregosa Viva, as quais, já foram adjudicadas e estão na iminência de iniciar. Tem ainda a expectativa de ver pavimentadas algumas vias, conforme nos foi comunicado. Assim como, também, já me foi dado a conhecer, não me foi comunicado pessoalmente, oficialmente. Mas também me foi comunicado a intenção de inauguração, até setembro, de um trilho, na nossa freguesia. Eu ia repetir: Como não sou candidata, não estou em campanha, eu só espero para bem dos carregosenses, do nordeste do concelho, e de todo o concelho, que todos estes projetos se concretizem. Porque, mais importante do que qualquer uma das freguesias sozinha é o nosso concelho no seu todo ser cada vez mais dinâmico e atrativo. Eu acho que é isto que todos nós precisamos. E devíamos esperar. E devíamos querer. Muito obrigada. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====*

===== Senhora Presidente, não tenho nada a acrescentar. Eu só queria dar um esclarecimento, porque eu falei no apoio ao saneamento em Fajões e Madail, da mesma forma que vamos ter uma candidatura aprovada para o saneamento no Pinheiro da Bemposta. Mas, não foi o Presidente da Câmara que escolheu estas freguesias. As candidaturas tinham um conjunto de exigências, nomeadamente, uma delas era para: enfim, os sistemas tinham que drenar para sistemas autónomos, sistemas diferentes; o número de alojamentos que serviam; o número de pessoas servidas. E, portanto, foram encontradas estas soluções: Pinheiro da Bemposta, Fajões e Madail. Porque eram os sistemas, enfim, os 1220 alojamentos e as 2883 pessoas servidas por Fajões, Madail é que permitiram que a candidatura tivesse mérito para ser aprovada. Portanto, aquilo que eu lamento é que não possa dar resposta também a Carregosa e não possa dar resposta também a Loureiro, que tem fragilidades terríveis neste domínio. Eu queria deixar aqui esta nota. Porque, efetivamente, foi exatamente isto que se passou. Portanto, nós não fazemos esse tipo de escolha, esse tipo de seleção. Que não faz sentido rigorosamente nenhum. Mais uma vez sublinho que, os critérios que presidem às decisões são critérios de razoabilidade e de racionalidade e, portanto, olhamos para as coisas desta forma. E é assim que se consegue ajudar as pessoas, ajudar os presidentes de junta a concretizar os projetos. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número cinco à votação tendo sido **deliberado por unanimidade autorizar a celebração da minuta do Contrato Interadministrativo de apoio financeiro com Freguesia de Carregosa.** =====

===== **Ponto seis: - Minutas de Contratos Interadministrativos de Apoio financeiro a celebrar com a Freguesia de Cesar, para obras no âmbito das candidaturas ao PDR2020 - Casa da Gastronomia do Nordeste das Terras de Azeméis - PDR2020-10216-061583 e Núcleo Pedagógico da Ruralidade das Terras de Azeméis - PDR2020-10216-064780 (I/21023/2021) - Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º1 e alínea a) e i) do n.º 2 do artigo 7.º e na alínea a) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; - Que as Autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - O teor do ofício da Junta de Freguesia de Cesar (E/10387/2021), em que solicita apoio financeiro para a realização de obras no âmbito das candidaturas ao PDR2020: Casa da Gastronomia do Nordeste das Terras de Azeméis - PDR2020-10216-061583 e Núcleo Pedagógico da Ruralidade das Terras de Azeméis - PDR2020-10216-064780; - A competência atribuída à Câmara Municipal no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos; - Que as freguesias, dada a sua maior proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades das populações resultando daí ganhos de eficiência e de economia; - Que a celebração do presente Contrato contribui para a consolidação da democracia participada e de proximidade e beneficia as populações, bem como reforça os princípios de solidariedade financeira vertical e horizontal entre diferentes níveis da Administração; - A necessidade de tornar mais célere, eficiente e eficaz a operacionalidade e provisão de bens públicos municipais, em resultado do acréscimo de novas competências decorrente do novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e não obstante o reforço de meios financeiros não permitir acompanhar estas novas responsabilidades, justifica que o município estabelece formas de apoio financeiro para o pleno exercício das competências das freguesias; - Compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; - O cumprimento das regras quanto ao cabimento e compromisso orçamental da despesa, no respeito pelo estabelecido na Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho e posteriores alterações; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º

18/2008 de 29 de janeiro, na redação atual - A designação do Eng.º Rogério Ribeiro como Gestor do Contrato; Propõe-se: - A aprovação das minutas dos Contratos Interadministrativos de apoio financeiro a celebrar com a Freguesia Cesar para a realização de obras no âmbito das candidaturas ao PDR2020: Casa da Gastronomia do Nordeste das Terras de Azeméis - PDR2020-10216-061583 e Núcleo Pedagógico da Ruralidade das Terras de Azeméis - PDR2020-10216-064780, respetivamente (documentos esses que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas), com os compromissos de fundo disponível n.ºs 749 e 750 de 2021, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; - Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos a falar de dois apoios distintos: um deles para o Núcleo Pedagógico da Ruralidade das Terras de Azeméis - uma candidatura no valor 92.923,37€. E a Câmara colabora com a Junta de Freguesia de Cesar (freguesia onde nos encontramos) apoiando com aquilo que falta da contrapartida nacional, que são 28.811,05€. Portanto esta candidatura, incluiu, senhor presidente, a requalificação da Casa da Eira - Julgo que é isso, não é? E a preparação de hortas pedagógicas. Enfim, um conjunto de respostas que são muito interessantes e muito importantes. E não sou eu que o digo. É o próprio PDR que o diz, ao aprovar estas candidaturas. Temos uma segunda candidatura aprovada para a Casa da Gastronomia do Nordeste das Terras de Azeméis. Desta vez, a candidatura é de quase 200.000,00€, 199.953,88€. O apoio de fundos comunitários é de 135.887,68€ e a Câmara colabora com a Junta de Freguesia apoiando com 64.066,20€. E portanto, também à semelhança do que fiz com as outras juntas de freguesia, dar os parabéns à Junta de Freguesia de Cesar e ao seu executivo por terem tido a capacidade de apresentar estes dois projetos, de ver estas candidaturas aprovadas. Candidaturas que permitem rememorar os usos e costumes, as tradições, desta freguesia, ao mesmo tempo que, damos respostas de natureza cultural, damos respostas de natureza gastronómica e conseguimos aqui unir esta dualidade que existe nesta freguesia entre esta especificidade rural e o fortíssimo e relevante dinamismo industrial e comercial que existe neste território. Portanto, muitos parabéns. Vamos agora, enfim, concretizar. Esperar que tenhamos empreiteiros interessados em fazer a obra. Aproveito também a oportunidade para dar os parabéns e agradecer à engenheira Teresa Pouzada e, naturalmente, à ADRITEM, na sua pessoa. Porque tem sido absolutamente inexcelável, não só, nas oportunidades que cria a toda esta região, mas, mais concretamente ao território de Oliveira de Azeméis onde temos tido a sua colaboração e a sua visão a transformar-se em projetos verdadeiramente estruturantes, reformadores e importantíssimos para a defesa da ruralidade do nosso território. Portanto, muito obrigado à senhora engenheira Teresa Pouzada, também. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número seis à votação tendo sido **deliberado por unanimidade autorizar a celebração das minutas dos Contratos Interadministrativos de apoio financeiro com a Freguesia Cesar para a realização de obras no âmbito das candidaturas ao PDR2020: Casa da Gastronomia do Nordeste das Terras de Azeméis - PDR2020-10216-061583 e Núcleo Pedagógico da Ruralidade das Terras de Azeméis - PDR2020-10216-064780.**=====

===== **Ponto sete: - Minuta de Contrato-Programa a celebrar com a Fábrica da Igreja Paroquial de S. Martinho de Cucujães (I/18203/2021) - Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - *Que a Fábrica da Igreja Paroquial de S. Martinho de Cucujães pretende prosseguir a execução de obras de requalificação no Mosteiro Beneditino dos Monges, tendo em vista o alargamento das respostas/valências sociais (salão polivalente, museu, quarto para peregrinos, sala de atividades manuais e biblioteca, etc.), que irão funcionar nesse edifício afeto ao uso coletivo público, conforme ofício (E/34600/2020), em que solicita apoio financeiro que a habilite a custear as referidas obras orçamentadas em €517.160,00 (quinhentos e dezassete mil cento e sessenta euros), aos quais acresce o valor do IVA à taxa em vigor; - A informação técnica: a) do Gabinete de Gestão do Património Histórico-Cultural de 22.02.2021 (I/11578/2021), a qual refere, quanto ao Mosteiro Beneditino dos Monges: “... é do domínio público e reúne consenso o facto de que o mesmo integra património cultural oliveirense, valendo o imóvel pelo seu interesse histórico, social e arquitetónico, manifestando-se aqui, por si só, o interesse público que representa este imóvel; b) “...a importância das respostas que vão ser criadas no interior do imóvel em questão (salão polivalente, museu, quarto para peregrinos, sala de atividades manuais e biblioteca, etc.), bem como a essencialidade da dimensão social e humana das atividades que o equipamento vai potenciar ao nível do apoio social e espiritual à comunidade, ensino da catequese...; “... podendo assim este imóvel ser objeto de parecer favorável quanto à importância patrimonial do concelho de Oliveira de Azeméis dada a sua relevância e interesse cultural”; b) do Gabinete de Gestão Financeira e Tesouraria de 24.02.2021 (I/12152/2021), em anexo (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); - Que nos termos da Lei de Bases do Património Cultural (Lei n.º 107/2001, de 08.09): a) integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização; b) o interesse cultural relevante, designadamente histórico, social e arquitetónico, dos bens que integram o património cultural refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade; c) é possível às Autarquias Locais celebrarem acordos, para efeito da*

prossecação de interesses públicos na área do património cultural; - Que constitui dever das Autarquias Locais a proteção, valorização e divulgação do património, designadamente, cultural e histórico; - Que as respostas desenvolvidas nesse equipamento, pela Fábrica da Igreja Paroquial de S. Martinho, irão potenciar o apoio humano, social e espiritual à comunidade, revelando-se de manifesto interesse público para o Município de Oliveira de Azeméis; - Que a Fábrica da Igreja Paroquial de S. Martinho de Cucujães é uma pessoa jurídica canónica integrante da estrutura constitucional da Igreja Católica, está regularmente constituída e inscrita, nos termos do n.º 2 do artigo 9.º da Concordata no Ficheiro Central de Pessoas Coletivas; - Os fins de interesse público prosseguidos por aquela entidade, o valor e interesse histórico, cultural, patrimonial, social e arquitetónico do Mosteiro Beneditino dos Monges, aliada à manifesta relevância social do destino a dar ao mesmo, respetivas respostas/valências, bem como a essencialidade da dimensão social e humana das atividades a exercer, entende o Município que se encontram preenchidos os requisitos legais para apoiar financeiramente a execução das obras de recuperação do imóvel; - Que constituem atribuições das Autarquias Locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprias das respetivas populações (art.º 2.º do Anexo I, à Lei 75/2013, de 12.09, na redação atual); - As atribuições dos Municípios, designadamente no domínio do Património, Cultura, Promoção do Desenvolvimento e Ordenamento do Território e Urbanismo (alíneas e), m) e n), n.º 2 do art.º 23.º do anexo I à Lei n.º 75/2013; - A designação da Arquiteta Ana Pedro, como Gestora do presente contrato (art.º 290-A do CCP); Ao abrigo das alíneas e), m) e n), n.º 2 do art.º 23.º, alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º e alínea o) e t) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12.09, na redação atual, conjugado designadamente com o n.º 1 e alínea c) do n.º 4 do art.º 5.º e 290-A, do Código da Contratação Pública (Decreto Lei n.º 18/2008 de 29.01, na redação atual); Propõe-se: - A aprovação da minuta do Contrato Programa a celebrar com a Fábrica da Igreja Paroquial de S. Martinho de Cucujães, que tem por objeto o incentivo e cooperação financeira, no âmbito específico de apoio à execução das obras de requalificação do Antigo Hospital de Sangue, também designado por Mosteiro Beneditino dos Monges, tendo em vista o alargamento das respostas/valências sociais (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), com o compromisso de fundo disponível n.º 686 de 2021, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21.02 e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21.06 e respetivas alterações; - Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos.” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Desta vez, é um apoio à Fabrica da Igreja de S. Martinho de Cucujães. Um apoio no valo de 103.430,00€, para as obras de requalificação do antigo Hospital do Sangue, também conhecido como Mosteiro Beneditino dos Monges. E este apoio visa a recuperação de um edifício que tem um relevante interesse patrimonial e histórico. E, portanto, nós ao mesmo tempo que

ajudamos a Fabrica da Igreja Paroquial a preservar um edificio que tem muita identidade e que tem muita relação com a comunidade cucujanense, criamos um conjunto de respostas direcionadas ao público, às pessoas, nomeadamente uma biblioteca, um espaço polivalente para trabalhos manuais, um quarto para albergar peregrinos, enfim, um conjunto de respostas que serão disponibilizadas à população e que nós entendemos que são tremendamente importantes e que merecem o nosso apoio. É também importante nós dizermos que, muitas vezes por detrás desses apoios, existem outras questões que importa sublinhar: Estamos a falar, não só, da Fábrica da Igreja Paroquial, mas também, do seminário de Cucujães que têm sido parceiros absolutamente extraordinários em tudo aquilo que são os desafios que lhes são colocadas pela Câmara Municipal. E portanto, alguém que diz sempre, sim, e prontamente, a tudo o que lhes é pedido. É muito difícil nós dizermos, não. E portanto, o que é um facto, é que, nós estamos neste momento a ultimar um projeto de requalificação da envolvente do cemitério de Cucujães e da casa Museu Regional de Cucujães, e, o terreno, se estiver a cometer alguma imprecisão, são cerca de 7500 metros quadrados, 7800 metros quadrados, foi um terreno que foi cedido gratuitamente à Câmara Municipal. E portanto, é bom que nós percebamos que isto: Não é dar com uma mão e, enfim receber com a outra; É realmente um espirito que partilhamos de procurar criar respostas em conjunto para servir a comunidade. Portanto, é esse o espírito que está subjacente a este apoio que nós estamos aqui a dar para esta requalificação deste edificio, que é um edificio, conforme eu disse, de grande interesse patrimonial e histórico para a freguesia de Cucujães e, naturalmente, para o próprio concelho. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número sete à votação tendo sido **deliberado por unanimidade autorizar a celebração da minuta do contrato programa com a Fábrica da Igreja Paroquial de S. Martinho de Cucujães que tem por objeto o incentivo e cooperação financeira, no âmbito específico de apoio à execução das obras de requalificação do Antigo Hospital de Sangue, também designado por Mosteiro Beneditino dos Monges, tendo em vista o alargamento das respostas/valências sociais.** =====*

*===== **Ponto oito: - Regulamento Municipal e Incentivos ao Empreendedorismo Jovem e à Criação do Próprio Emprego/Ideia de Negócio no Município de Oliveira de Azeméis (I/10914/2021) - Aprovação;** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a Câmara Municipal na reunião de 05 de Março de 2020, deliberou aprovar o início do procedimento para a criação do Regulamento Municipal de Incentivos ao Empreendedorismo e Investimento no Município de Oliveira de Azeméis (I/26259/2020); - Que a Câmara Municipal na

reunião de 14 de Maio de 2020, deliberou aprovar o Projeto de Regulamento (I/45873/2020); - Que foi promovida a consulta pública, conforme Aviso nº 9734/2020, Diário de República, 2ª Série de 29 de Junho de 2020 e através da publicitação na pasta de documentos On-line/página eletrónica do Município de Oliveira de Azeméis “Regulamento Municipais em discussão pública”, para os devidos efeitos legais; - Que foram consultadas para a apresentação de contributos a Associação Empresarial do Concelho de Oliveira de Azeméis, bem como a Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra; - Que não houve constituição de interessados; - Que compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à Assembleia Municipal os projetos de Regulamento externos do município, bem como aprovar regulamentos internos (art.33º nº1 alínea k) do anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações); - E que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do Município (art.25º nº 1 alínea g) do anexo I da lei nº 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações); Propõe-se: 1. A aprovação pela Câmara Municipal do Regulamento Municipal e Incentivos ao Empreendedorismo Jovem e à Criação do Próprio Emprego/Ideia de Negócio no Município de Oliveira de Azeméis (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), nos termos e para os efeitos do art.33º nº 1 alínea K) do anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações; 2. A remessa do mesmo para aprovação pela Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos do art.25º nº 1 alínea g) do anexo I da lei nº 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações; 3. Após aprovação da Assembleia Municipal, a remessa do Regulamento Municipal e Incentivos ao Empreendedorismo Jovem e à Criação do Próprio Emprego/Ideia de Negócio no Município de Oliveira de Azeméis para publicação em Diário de República, nos termos e para os efeitos do art.139º do CPA, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Vocês têm o documento. Estudaram-no. De forma muito breve, nós temos já um regulamento de apoio ao empreendedorismo e ao investimento, um regulamento que, inclusive, no dia 25 de março foi publicado o aviso, um regulamento de 250.000,00€. E este é um regulamento direcionado para o empreendedorismo jovem e para a criação do próprio emprego da própria ideia de negócios. Estamos a falar também de um regulamento no valor de 250.000,00€, mas com uma tipicidade diferente do outro regulamento. Estamos a falar aqui de projetos mais pequenos. Enquanto que o outro regulamento permite apoiar iniciativas empresariais até 25.000,00€, este resume-se a 5.000,00€. Estamos a falar de 50 candidaturas, se quisermos, de 5.000,00€. Onde temos uma componente de apoio financeiro e também uma componente de apoio técnico, sobretudo, em matéria de licenciamento e de apoio à criação da própria empresa e de toda a tramitação burocrática que normalmente estas questões envolvem. E

teremos um apoio de natureza financeira que basicamente se resume a 250,00€ por mês, durante doze meses. Estamos a falar de 3.000,00€. E depois 4 apoios de 500,00€, para diferentes respostas, para diferentes versatilidades: para design e artes gráficas, para apoio na compra de ativos fixos, e também para consultadoria financeira e para consultadoria multidisciplinar. E portanto, estes 4 apoios de 500,00€ mais este apoio de 3.000,00€ levam a uma candidatura que pode chegar aos 5.000,00€. Aquilo que se pretende, é que o mais rapidamente que seja possível, depois da vossa aprovação, avançarmos e colocarmos este instrumento de criação de oportunidades na região, criação de oportunidades no concelho, um instrumento que permitirá que jovens empreendedores empregados ou desempregados dos 18 aos 35 anos ou pessoas desempregadas com mais de 35 anos possam criar o próprio emprego a sua ideia de negócio e possam iniciar o seu percurso empresarial. Há a obrigatoriedade de a empresa permanecer durante 3 anos sediada no concelho de Oliveira de Azeméis. E portanto, em traços muito gerais, claro que vocês têm aí o documento, e têm aí muitas outras questões que eu não abordei, não aflorei, mas, em traços gerais, é isto que importa aqui sublinhar. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Bruno Rodrigues e João Costa. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Bruno Rodrigues, do PSD. =====

===== Excelentíssima Presidente da Assembleia, na sua pessoa e na pessoa do Senhor Augusto cumprimento todos os presentes. Num período em que o nosso Município tem vindo a perder alguma população, sobretudo jovem, todos os estímulos que possam existir para a fixação desta faixa etária são bem-vindos. Este apoio ao Empreendedorismo Jovem tem pois, ao nosso ver, um condão positivo para esse fim. No entanto, ficamos sem perceber o motivo pelo qual houve esta demora de quase um ano até o regulamento estar aqui hoje para aprovação. Se não, vejamos: Na assembleia municipal de fevereiro de 2020 questionei o Senhor Presidente sobre se estaria para breve este regulamento para o empreendedorismo jovem. O Senhor Presidente disse-me que o regulamento estaria a ser ultimado e que muito provavelmente estaria na Assembleia seguinte para aprovação. De facto, houve passos firmes nessa intenção pois a 5 de março foi lançado o Início do Procedimento do Regulamento e foi depois aprovado o Projeto de Regulamento, por unanimidade, em reunião de Câmara em maio de 2020. A partir deste momento tudo estaria pronto para que pudéssemos aprovar este Regulamento em Assembleia Municipal e para que os jovens empreendedores pudessem usufruir deste apoio. Mas só quase 1 ano depois é que estamos a votar este Regulamento. Senhor Presidente, o que se passou? Numa reunião de Câmara, já este ano, o Senhor Presidente disse que o atraso se devia aos Serviços da Câmara e que iria averiguar o que se passava, o que demonstra que não estava a acompanhar de perto o assunto, se calhar

até, o assunto estava um pouco esquecido. Senhor Presidente, não deveria ter tomado as rédeas a este assunto para que os apoios pudessem estar mais rapidamente ao serviço dos jovens empreendedores? Digo isto, pois, o Senhor Presidente dizia, e bem, e como disse mais uma vez hoje, que este Regulamento era muito importante para estar o mais depressa possível à disposição dos jovens empreendedores. E concordei com essa ideia. Pois, foram vários os negócios que surgiram com os dois confinamentos a que estivemos sujeitos. Falo de pequenos negócios, muitos deles que existem apenas através das redes sociais, que se calhar já poderiam ter beneficiado deste apoio para se conseguirem afirmar e exponenciar nesta fase complicada que ainda estamos a atravessar. Portanto, a questão que eu pergunto ao Senhor Presidente é: Se não acha que a aprovação deste Regulamento já deveria ter acontecido no ano passado? Após esta questão, posso afirmar que a Bancada do PSD vê com bons olhos a criação deste apoio e posso também afirmar que iremos votar favoravelmente. A aprovação do Regulamento é só o início e o sucesso deste programa acontecerá se for efetivamente aplicadas as verbas que a ele estão destinadas. Por isso, gostava de deixar uma sugestão, para que este apoio possa ser realmente bem aproveitado pelos jovens. A candidatura pressupõe o envio de algumas informações ou documentos técnicos (como, por exemplo, Análises de Mercado e Planos de Marketing), que são naturalmente necessários, mas que temo que possam ser inibidores para alguns jovens empreendedores que tenham menos conhecimentos nestas áreas. Por isso, e para que nenhum jovem se sinta inibido de se candidatar, sugeria que pudesse haver algum tipo de apoio para a elaboração das candidaturas ou através dos serviços municipais de apoio ao investidor, ou através da Loja Ponto Já, ou até através de sessões de esclarecimento ou formação. Fica a sugestão. Obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado **João Costa**, do PS. =====*

===== Boa noite, a todos. Permitam-me que vos cumprimente na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, doutora Helena Santos. Mais uma vez, Senhor Presidente, é com muito gosto que intervenho na Ordem do Dia para reconhecer mais um avanço significativo para a juventude oliveirense. Foi assim há bem pouco tempo quando aprovamos as bolsas para os estudantes do ensino superior. O concelho de Oliveira de Azeméis perde população jovem e qualificada para os territórios vizinhos e para as grandes cidades, onde estes se dirigem para estudar, há muitos anos. Estes, legitimamente, optam por constituir as suas famílias noutras locais e abandonam a terra que os viu nascer. Na verdade, nunca os incentivamos a ficar. Quando a geração mais jovem, denominada geração à rasca, mais precisava dos apoios municipais durante a crise económica de 2008, o município de Oliveira de Azeméis era o primeiro do país a estar sujeito a um plano de saneamento financeiro devido à exorbitante dívida municipal que possuía na altura. Pois bem, traduzir-se-ia em cortes profundos no investimento, cortes profundos ao apoio às famílias e cortes profundos aos apoios às juntas de freguesia, um tema tão falado na

assembleia de hoje. Passados 13 anos do início deste plano, e menos de 1 ano depois de termos acabado de pagar este doloroso plano, é claro, as consequências estão aí: um Concelho atrasado, que perdeu a centralidade que tinha noutros tempos, perdeu competitividade, e, como é óbvio, perdeu população. Em boa hora se mudou a estratégia, Senhor Presidente. De facto, hoje, aposta-se claramente nas políticas de juventude, em Oliveira de Azeméis. A aposta numa cidade forte e de futuro que possua condições de atratividade para jovens famílias é essencial. A rede de Wi-Fi gratuita no centro da cidade é também um passo significativo. As bolsas para estudantes do ensino superior são também realidade. De facto, muito se fez. E este regulamento junta-se agora como mais uma política de incentivo para os jovens virem viver e constituir família em Oliveira de Azeméis. O Regulamento Municipal de Incentivos ao Empreendedorismo Jovem e à Criação da própria Empresa/ Ideia de Negócio é um instrumento importantíssimo de fixação dos jovens talentos no nosso concelho. Este regulamento aliado ao regulamento já aprovado de apoio ao investimento, totalizam um apoio à atividade empresarial no município de Oliveira de Azeméis no valor de meio milhão de euros. Não tenho dúvidas que fará, certamente, a diferença neste momento difícil que a atividade empresarial atravessa. Os desafios associados à inovação que o setor industrial atravessa são uma excelente oportunidade para se poderem desenvolver novos negócios empenhados em resolver as questões relacionadas com a exigência do mercado, nomeadamente devido aos novos hábitos de consumo de uma geração que se preocupa de facto com temas essenciais como é o ambiente. O concelho de Oliveira de Azeméis destaca-se então pela sua atividade empresarial mas, no entanto, nunca, até ao momento, possuía um incentivo verdadeiramente ao investimento no nosso concelho. Hoje, damos um passo significativo. Estou certo, Senhor Presidente, que continuará este caminho com a aposta nas nossas zonas industriais, com a criação do nosso roteiro industrial, e com o apoio municipal a iniciativas com projeção nacional e internacional de afirmação dos nossos clusters empresariais. Este regulamento, em termos técnicos, não tenho muito a dizer. Um apoio anual até 5.000,00€ a qualquer empresa ou a qualquer jovem que pretenda investir de 7.500,00€ a 75.000,00€, é um apoio significativo. Em suma: Esta medida, é mais uma vez, a concretização de um compromisso com os oliveirenses nas eleições de 2017. E tão importante que é assumir a palavra com os oliveirenses e depois cumpri-la e honrá-la. Este investimento inicia um importante caminho de apoio à juventude e à atividade empresarial. Representa um forte incentivo à fixação de jovens neste concelho, através da possibilidade de se poderem realizar na sua, nossa, terra. Muito obrigado. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Caro Bruno Rodrigues: - devia ter sido aprovado o ano passado? Sim, devia ter sido aprovado no ano passado. Infelizmente, em fevereiro eu disse que íamos apresentar muito brevemente o regulamento. Foi aprovado na reunião de câmara de maio. Em 29 de junho, foi

iniciada a consulta pública. Decorridos os prazos. Não havendo constituição de interessados. Teríamos condições para na última assembleia do ano termos efetivamente apresentado este regulamento. Por lapso dos serviços e não tem a ver com, digamos, um menor acompanhamento da minha parte, - São muitos os dossiers que eu acompanho. Mas também confio nos meus serviços, porque não há outra forma de gerirmos uma autarquia. Portanto, aceito também que as pessoas de vez em quando errem. E foi isso que aconteceu. E portanto, houve uma falha que está agora aqui a ser corrigida. Porque, repare, efetivamente isto poderia ter sido aprovado no ano de 2020. Mas o que importante é a mudança completa de paradigma. De 2009 a 2016, no nosso concelho, nós tivemos, de apoio ao empreendedorismo 30.700,00€, 4.500,00€ por ano. Tivemos um programa FINICIA que apoiou 8 candidaturas com 30.780,00€. Foi esse o esforço municipal. Foi esse o esforço da autarquia do ano 2009 a 2016, para apoio a projetos de empreendedorismo no território. Quando nós estamos a falar agora de disponibilizar uma verba de meio milhão de euros por ano para esse fim, e distinguindo aquilo que são investimentos protagonizados por jovens e investimentos de pessoas que querem constituir a sua empresa no nosso território, estamos a falar de uma mudança substancial de paradigma. O dinheiro chega? Provavelmente, não. Mas também é um facto que houve a necessidade de pagar a dívida. Houve necessidade de reduzir a carga fiscal, através da redução do IMI. Esse é um excelente exemplo. Houve necessidade, também, de criar condições para que se pudesse investir e de criar condições para que se pudesse disponibilizar este tipo de instrumentos. E portanto, são instrumentos fundamentais e são instrumentos que, seguramente, no futuro, terão que ser reforçados, terão que ser repensados, saibamos nós promove-los bem junto dos destinatários e tenhamos nós muita gente interessada em consumir exhaustivamente estes recursos. Era absolutamente fundamental que este dinheiro não chegasse praticamente para nada. Eram excelentes notícias. Era um excelente desafio também que era apresentado à autarquia todos estes projetos serem integralmente consumidos. É esse o desafio agora que nós temos para o futuro, fazer um trabalho intenso de promoção destes regulamentos. Procurar criar também esta cultura de gosto pelo risco, conforme aqui foi dito pelo Carlos Costa Gomes - que hoje nós chamamos de empreendedorismo. Mas foi isso que realmente deu origem a este tecido económico fantástico que temos no nosso território, na nossa região. E foi isso que deu origem aos empresários extraordinários que temos no nosso concelho. Foi precisamente esta capacidade para empreender, para assumir riscos, para desenvolver as suas empresas muitas vezes sem recursos financeiros para o fazer. Mas hoje há aqui instrumentos, felizmente, de natureza pública que permitem apoiar alguns destes negócios. E o grande desafio é mesmo nós tentarmos que os nossos jovens e que os empreendedores que temos no concelho, ou que tenhamos noutras regiões do país, venham investir para Oliveira de Azeméis, porque temos aqui estas duas ferramentas que são, naturalmente, apenas e só um apoio importante. Mas um apoio que não será seguramente suficiente, mas que é um estímulo para que as pessoas iniciem o seu projeto empresarial no nosso concelho. Em relação à intervenção do senhor deputado João Costa, acaba por estar, de certa forma, enquadrada nesta resposta que acabei de dar. Peço desculpa. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número oito à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar o Regulamento Municipal de Incentivos ao Empreendedorismo Jovem e à Criação do Próprio Emprego/Ideia de Negócio no Município de Oliveira de Azeméis.** =====

===== **Ponto nove: - Pedido de reconhecimento de Interesse Público Municipal do projeto de investimento apresentado pela empresa AZEMAD, Lda. (I/16002/2021) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido de reconhecimento de interesse público municipal do projeto de investimento que a empresa AZEMAD, Lda. pretende levar a efeito, no âmbito e para os efeitos do artigo 21.º do Regime Jurídico da REN - Pedido relativo a ações de reconhecimento de relevante interesse público para ocupação de áreas da Reserva Ecológica Nacional (REN). (E/5436/2021) - A memória descritiva fundamentada do especial interesse social e económico do projeto de investimento apresentada pela empresa (E/7118/2021); - O parecer técnico registado sob o I/14882/2021 que enquadra e fundamenta o pedido de reconhecimento e que se anexa à presente proposta (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); Considerando, ainda: - Que, no âmbito das suas atribuições, compete à Câmara Municipal, no que respeita ao planeamento e desenvolvimento económico, promover e apoiar projetos de investimento com impacto positivo no e para o Município, reconhecendo-os, por isso, como Projetos de Interesse Municipal. Propõe-se: - Que seja aprovado pelo executivo municipal remeter à Assembleia Municipal para deliberação, o pedido de Declaração de Reconhecimento do Interesse Público Municipal do projeto de investimento que a empresa AZEMAD, Lda. pretende levar a efeito, nos seus dois vetores de intervenção, no âmbito e para os efeitos do artigo 21.º do Regime Jurídico da REN - Pedido relativo a ações de reconhecimento de relevante interesse público para ocupação de áreas da Reserva Ecológica Nacional (REN).” ==

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Toda a gente conhece esta empresa. Está localizada no Parque de La-Salette. É o famoso fabricante dos stiques, do stique que está no guinness. Toda a operação logística desta empresa é feita pelo Parque de La-Salette quer o fornecimento de matérias-primas quer, enfim, o escoamento dos produtos acabados. É um constrangimento para a empresa. É um constrangimento para o próprio Parque. A empresa tem um projeto de investimento que passa pela criação de acessibilidades a nascente, a nascente da empresa, para ligar a empresa à Nacional 224 e por aí estar rapidamente na A32. Tem também um projeto de investimento apoiado por fundos comunitários de 1,2 milhões de euros. E pretende que aquele acesso, que já está criado, mas que está em reserva ecológica, possa ser desafetado, o solo possa ser alterado para que eles

possam concluir esse acesso. Com esse acesso, eles retiravam todo o trânsito pesado do Parque de La-Salette. E naturalmente, para eles, seria excelente também terem ali uma resposta perto de um eixo viário com uma variante Oliveira de Azeméis/ Vale de Cambra. E, portanto, eles pedem ao órgão deliberativo o reconhecimento do interesse público municipal deste investimento. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número nove à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.** =====*

*===== **Ponto dez: - Desafetação Parcial do Caminho Mário Soares de Bastos - Oliveira de Azeméis (I/16087/2021) - Aprovação;** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: Diogo de Oliveira Leite Martins, proprietário de um terreno confinante com o caminho Mário Soares de Bastos, Oliveira de Azeméis, veio solicitar a desafetação de tal caminho por considerar em resumo que o mesmo não serve ninguém - E/ 30279/2018; Mais se prontifica a comprar tal parcela de terreno; Foi ouvida a Junta de Freguesia que emitiu o parecer em anexo (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); Os serviços foram ao local e identificaram o caminho conforme planta e fotos em anexo (que ficam igualmente arquivadas em pasta anexa ao livro de atas); Pelo estado do mesmo, constatou-se que, dadas as alternativas entretanto construídas, o caminho deixou de servir a população; Nos termos propostos pela Junta de Freguesia o caminho só parcialmente deve ser desafetado; A Comissão formada em sede de Assembleia Municipal emitiu o parecer que se anexa (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); A afetação ou desafetação de um caminho público é competência da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal; Termos em que se remete à reunião de câmara para que na mesma se decida se deve ou não propor à Assembleia Municipal a desafetação parcial do caminho Mário Soares de Bastos, conforme referido na planta (amarelo área a desafetar) e na condição de manutenção da linha de água.” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== É um caminho no lugar de Vilar. A Junta de Freguesia concorda com essa desafetação. A Comissão da Assembleia Municipal também foi ao local e verificou que o caminho já não tem utilização, porque existem alternativas mais viáveis, mais fáceis, mais seguras. E, portanto, estão reunidas as condições para que se faça esta desafetação, aqui com um conjunto de preocupações que foram registadas pela Comissão, nomeadamente a questão da manutenção

da linha de água existente e o acesso ao número de polícia 55. E, portanto, é isso que os senhores têm de decidir.=====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Bruno Aragão.

===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====

===== Era só um reconhecimento. Este é o primeiro ponto que aprovamos que resulta do trabalho do grupo que criamos nesta assembleia, do Rui Jorge Rocha, do professor Albino Martins e da Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa - Helena Moreira, que dedica um pouco mais do seu tempo também a estas questões. Isto facilita imenso a dificuldade que estávamos a sentir no início deste mandato por isso propusemos a criação deste grupo. E queria só publicamente também agradecer a estes três elementos este esforço extra que em muito ajuda também o andamento desta assembleia. Obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dez à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.** =====

===== **Ponto onze: - Plano de alinhamentos para a Rua do Calvário - Oliveira de Azeméis (I/16659/2021) - Desafetação de parcela (com a área de 95,00m²) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:
 - O Sr. António Manuel Moreira Silva solicitou à câmara municipal a compra de uma parcela de terreno, pertença ao domínio público da câmara municipal, para anexar ao seu prédio sito na Rua do Calvário nº 213; - A proposta assenta no fundamento que essa rua na direção do seu prédio não tem qualquer alinhamento, encontrando-se mesmo desalinhada relativamente ao prédio vizinho; - Solicitada informação aos serviços da câmara, foi proposto um alinhamento que consta da planta sob doc.1, garantindo-se dessa forma um alinhamento consentâneo com o predominante, passando a rua nesse local a ter o perfil exigido para o local; - Dessa mesma planta resulta que no parecer do técnico a desafetação da área a vermelho (95,00m²) com a cedência ao domínio público da área a amarelo (5,00m²) se conseguiria o melhor alinhamento para o término desta rua; - Com o alinhamento proposto passaria a existir uma faixa de terreno do domínio público que deixaria de ter qualquer utilidade para a comunidade; - Foi elaborada avaliação do terreno de 95,00m² - doc.2; - Valor que será aceite pelo requerente, caso se delibere desafetar e vender. Termos em que se impõe decidir: 1. Aprovar o alinhamento parcial da Rua do Calvário nos termos referidos na planta junta. 2. Aprovar e remeter para a próxima assembleia municipal

a desafetação da parcela identificada com a área de 95,00m² do domínio publico para o domínio privado da câmara municipal.”=====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Isto é ali no lugar do Calvário, a Rua do Calvário. Há um particular que tem interesse em adquirir uma parcela de terreno de forma a que a sua propriedade não fique com um desalinhamento em relação às propriedades vizinhas. Os serviços deslocaram-se ao local. Concordam com aquilo que é solicitado pelo munícipe. E, portanto, percebe-se pelo parecer técnico que faz sentido aquilo que é solicitado. Estamos a falar, basicamente, de 95 metros quadrados que o particular vai adquirir e de 5 metros quadrados que vai ceder. E portanto, estamos aqui a pedir a vossa autorização para aprovar o alinhamento desta rua e, portanto, aprovarmos a desafetação da parcela identificada que terá de passar do domínio público municipal para o domínio privado para poder ser alienada.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número onze à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.*** =====

===== **Ponto doze: - Proposta de correção do eixo do Caminho Público 222 - Pinheiro da Bemposta (I/40309/2019) - Aprovação;** =====

===== *“Considerando: A informação dos serviços referente ao I/37225/2019. Propõe-se: A correção do eixo do Caminho Público 222 em conformidade com a proposta de correção apresentada.”*=====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O mesmo grupo deslocou-se ao local, percebeu que era um erro claro de georreferenciação, e, portanto, deu parecer favorável à correção do eixo do caminho. E é isso que estamos aqui a aprovar.*=====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número doze à votação tendo sido **deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: - Votos a favor: dezoito (18) do PS, quinze (15) do PSD, dois (2) do CDS/PP e um (1) do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - Abstenções: uma (1) da Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca.** =====

===== **Ponto treze: - Proposta de Alteração da postura de trânsito da rua norte da Praça da Liberdade e Sinalização vertical - Freguesia de Cesar - (I/20739/2021) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal“, (art. 33.º, n.º1, alínea qq); - Que também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos “, (art. 33.º, n.º1, alínea rr); - O pedido do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cesar em reunião havida no local, de dar a mesma leitura em toda a extensão da rua norte da Praça da Liberdade e melhorar a circulação e segurança nesta zona, evitando cruzamentos desnecessários obrigando os condutores a irem à rotunda. Também se torna necessário melhorar a acessibilidade ao estacionamento existente frente ao comércio do lado Poente dessa zona e o próprio ordenamento deste estacionamento preservando a passadeira livre. Propõe-se: 1. A aprovação do estudo de alteração dos passeios e sinalização anexo a esta proposta (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), na área norte da Praça da Liberdade, na freguesia de Cesar; 2. A colocação do sinal Sentido Obrigatório à Direita (D1e), na Rua da Gândara, no entroncamento com a Rua Central de Cesar; 3. A colocação do sinal Sentido Proibição de Virar à Esquerda (C11b), na Rua Central de Cesar, imediatamente antes do entroncamento com a Rua norte da Praça da Liberdade. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== É um pedido da Junta de Freguesia de Cesar que os serviços validaram. E estamos a falar da colocação de um sinal de sentido obrigatório à direita, na Rua da Gândara no entroncamento com a Rua Central de Cesar; E a colocação do sentido de proibição de virar à

esquerda na Rua Central Cesar, imediatamente antes do entroncamento com a Rua norte da Praça da Liberdade. =====

===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

===== Lembro-me que este ponto já tinha vindo a uma sessão da assembleia e que tinha sido retirado e foi também apreciado posteriormente pela Comissão. E tem agora aqui um parecer favorável por todos os proponentes. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Augusto Moreira. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor **Augusto Moreira** - Presidente da Junta de Freguesia de Cesar. =====

===== Boa tarde, a todos. Na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia, sintam-se todos cumprimentados, os que estão cá e os que estão em casa a ver-nos. Eu não quero falar propriamente deste ponto. Queria aproveitar esta oportunidade, agora já na fase final da assembleia, para daqui dar uma palavra de apreço à Comissão da Fábrica da Igreja por nos ter cedido e estar sempre disponível a ceder este espaço quer aos cesarenses quer aos oliveirenses. É uma casa aberta. E era só uma palavra de apreço à Comissão da Fábrica da Igreja de Cesar. Muito obrigado. =====

===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

===== Muito obrigado, senhor presidente (Augusto Moreira). Da mesma forma, eu reforço esse agradecimento, da nossa parte, naturalmente, também, estamos sempre gratos pela amabilidade e cedência. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número treze à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.** =====

== **2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ==

===== Sem intervenções. =====

===== Antes de terminar, a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== Para terminar a Sessão a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** disse: =====

===== Resta despedir-me e dou por encerrada esta sessão, desejando-vos a todos um bom fim-de-semana. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou encerrada a Sessão, eram 21 horas e 11 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da Mesa.=====